

PROGRAMA
GOVERNADOR
MARCELO
FREIXO
VICE CESAR MAIA

COLIGAÇÃO A VIDA VAI MELHORAR

PSB - PT - PSDB - PC do B - PSOL - PV - REDE - CIDADANIA



SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO	06
INTRODUÇÃO	08
PROGRAMAS ESTRUTURANTES	11
1. CORRENTE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: DA PRIMEIRA INFÂNCIA AO PRIMEIRO EMPREGO	12
2. PROGRAMA PROSPERIDADE	12
3. PROGRAMA MAIS SAÚDE	13
4. PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO À FOME E À POBREZA EXTREMA	14
5. PROGRAMA RIO INTEGRADO	14
6. PROGRAMA DESENVOLVE RIO	15
7. PROGRAMA POLÍCIAS TREINADAS E EQUIPADAS	17
1. EDUCAÇÃO	19
2. SEGURANÇA PÚBLICA	25
3. SAÚDE	31
4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO	37
5. CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	45
6. GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIDADES SOCIAL E FISCAL E COMBATE À CORRUPÇÃO	51
7. MOBILIDADE	57
8. COMBATE À FOME E À POBREZA E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	65
9. DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS DAS MULHERES	69
10. PACTO VERDE PARA O RJ (MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E HABITAÇÃO)	75
10.1. SANEAMENTO E HABITAÇÃO	80
11. TURISMO, ESPORTE E LAZER	87
11.1. ESPORTE E LAZER	92
REFERÊNCIAS	96







APRESENTAÇÃO

Esta é a segunda versão de nosso programa de governo, construído com base em uma extensa agenda de diálogo e escuta envolvendo especialistas de diversas áreas, lideranças políticas, movimentos sociais, gestores e cidadãos fluminenses preocupados com o futuro do Rio de Janeiro. Nossas propostas e soluções para a atuação do Executivo Estadual estão divididas em 11 áreas temáticas. Inicialmente, serão apresentadas ao debate público apenas as propostas prioritárias para cada uma delas, ressaltando que se manterão sempre abertas a novas sugestões, ajustes e aperfeiçoamentos. Apresentamos, ainda, 7 programas estruturantes, transversais e intersetoriais que visam estabelecer, já no primeiro ano de governo, uma melhoria sensível em serviços essenciais como saúde, educação, segurança e mobilidade, contribuindo para a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento econômico do estado.

Optamos por um processo continuado e flexível de elaboração de nossa plataforma para o Estado do Rio de Janeiro e pretendemos aprimorar este documento até às vésperas das eleições. Afinal, um governo verdadeiramente democrático começa já na campanha eleitoral e é assim que pretendemos administrar o estado, sempre conscientes da necessidade de reaproximarmos o governo de nosso povo, com transparência e capacidade de diálogo. A virada que o Rio de Janeiro tanto precisa deve começar com uma profunda mudança de postura de nossos governantes. É por isso que nos propomos a construir um **novo modelo de governança para o estado**, com foco na transparência, na colaboração da sociedade e no combate à corrupção.

Ao caminhar pelo estado e conversar com as pessoas, percebo uma enorme contradição entre o que vivemos – e sentimos – em nossas ruas, bairros e cidades e aquilo que se vê nas festas exuberantes do atual e de ex-governadores, nos eventos palacianos e no noticiário sobre a política fluminense dos últimos anos. O Rio de Janeiro que trabalha, ganha a vida honestamente e tem orgulho de sua história contrasta com o estado que teve cinco governadores presos. Há um abismo que separa a vida – repleta de dificuldades, mas honesta e digna – do povo fluminense desse mundo paralelo criado pelas máfias que tomaram conta dos últimos governos.

No entanto, nosso estado é muito mais do que a esperteza, as práticas mafiosas e a falta de compromisso com o povo que tomaram conta do Governo do Estado nos últimos anos. O Rio de Janeiro precisa voltar a ser o lugar de quem trabalha, estuda, empreende e prospera a partir de seus esforços. E cabe ao Governo do Estado apoiar essa caminhada de prosperidade e trabalho, com políticas públicas que façam a diferença na vida de nossa gente.

Está na hora de darmos início a uma grande virada na condução do Estado do Rio de Janeiro, nos livrando das máfias que controlaram a política fluminense nos últimos anos. O futuro começa agora e convidamos todos e todas a debaterem conosco ideias e soluções para os principais dilemas enfrentados por nosso estado. Com muito trabalho, esperança e fé no nosso povo vamos escrever um novo capítulo em nossa história e fazer novamente do Rio de Janeiro um lugar bom para se viver, trabalhar e ser feliz.

Marcelo Freixo, candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro



INTRODUÇÃO

A plataforma Marcelo Freixo Governador está organizada em torno de **11 áreas temáticas e 7 programas** estruturantes transversais e intersetoriais que buscam dar respostas aos principais desafios que o estado enfrentará nos próximos anos. Em cada área temática será apresentado um conjunto de propostas prioritárias que sintetizam a estratégia a ser desenvolvida junto às principais frentes de atuação do Executivo Estadual. Outras dezenas de propostas referentes a cada uma das 11 áreas temáticas serão incorporadas ao documento final que servirá de referência para a atuação do Governo do Estado a partir de janeiro de 2023.

Os **programas estruturantes** serão iniciativas coordenadas diretamente pelo governador do estado, integrando diversas áreas de governo e atuando em todo o território estadual. Esses programas compõem nossa estratégia de retomada sustentável do desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro e serão implementados com base em um novo modelo de governança contando com um sistema integrado de monitoramento e avaliação de indicadores. Por meio deles, organizam-se estratégias em seis áreas centrais: educação, segurança, saúde, mobilidade, desenvolvimento econômico e combate à fome e à miséria. Parte-se do pressuposto de que o enfrentamento a questões tão complexas exige respostas estruturais e a mobilização de todo o Governo do Estado em uma perspectiva transversal e intersetorial.

Nossa intenção é superar as dinâmicas de implementação de políticas públicas reproduzidas pelos últimos governos – marcadas por descontinuidades, imprevistos, falta de profissionalismo e transparência –, adotando um modelo de gestão profissional, orientado por resultados e apoiado em mecanismos de transparência e colaboração da sociedade.



*PROGRAMAS
ESTRUTURANTES*

1. CORRENTE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: DA PRIMEIRA INFÂNCIA AO PRIMEIRO EMPREGO

Por meio do programa **Corrente de Educação Integral** pretendemos instituir um **Pacto Estadual pela Educação** mobilizando estado, municípios e sociedade civil em torno de uma verdadeira corrente a favor da educação. Esse pacto buscará recuperar o papel articulador e coordenador da administração estadual no desenvolvimento de políticas educacionais no estado. Vamos desenvolver estratégias articuladas, com incentivos aos municípios, visando à melhoria dos indicadores educacionais no ensino fundamental a partir de uma governança apoiada num regime de compartilhamento de responsabilidades e resultados.

Em um primeiro momento, daremos atenção especial ao programa de reforço escolar com o objetivo de recuperar conteúdos prejudicados pela pandemia. Para isso, mobilizaremos uma rede de tutores formada por graduandos e recém-graduados das diversas Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro.

Pretendemos, ainda, instituir uma política estadual de estímulo à alfabetização na idade certa, com incentivos financeiros aos municípios aderentes, e consolidar uma ampla mobilização, sempre em parceria **com os governos municipais, com o objetivo de oferecer atendimento integral aos estudantes da rede pública da primeira infância ao primeiro emprego**. Será preciso integrar as políticas de saúde e assistência social às políticas educacionais nas diferentes regiões como forma de ampliar a atenção à primeira infância, além de assegurar o aumento de vagas na educação infantil (creche e pré-escola) e promover a melhoria da qualidade da educação no ensino fundamental e médio do estado. O Governo do Estado, portanto, deve apoiar os esforços municipais voltados ao aumento da oferta de educação infantil e à qualificação do ensino fundamental, além de atuar decididamente para assegurar a melhoria dos indicadores educacionais e o aumento da oferta de educação integral no ensino médio.

2. PROGRAMA PROSPERIDADE

Ao contrário de iniciativas improvisadas e temporárias, o **Programa Prosperidade** será caracterizado pela coordenação das políticas públicas de saúde, educação, assistência social, desenvolvimento econômico, cultura e esporte em bairros e regiões com altos índices de violência e elevados níveis de vulnerabilidade social. Em cada ambiente, consolidaremos uma rede integral de atenção a crianças e adolescentes – da primeira infância ao primeiro emprego – apoiada em políticas de médio e longo prazo e na oferta ampliada de educação integral.

O **Programa Prosperidade** proporcionará a ativação de CIEPs, reformados e reestruturados, estendidos aos espaços urbanos, ocupando o entorno das escolas e posicionando a educação como o epicentro de uma profunda e duradoura transformação dessas localidades. Além disso, serão instaladas **casas de solidariedade, empreendedorismo e orientação profissional** com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de projetos locais de geração de emprego e renda. Ações de melhoria da infraestrutura urbana, em parceria com os municípios, inspiradas em experiências bem-sucedidas como o Favela Bairro, complementam a estratégia de implementação do **Programa Prosperidade**.

3. PROGRAMA MAIS SAÚDE

Com esse programa pretendemos ampliar a oferta de consultas, cirurgias e exames, bem como de leitos, em especial nas regiões com maior dificuldade de acesso a atendimentos e internações via SUS (Zonas Oeste e Norte da Capital, Baixada, São Gonçalo e Interior). Casos críticos, como os de pacientes cardiológicos e oncológicos, terão garantido o atendimento célere. Casos eletivos terão seu tempo de espera reduzido e divulgado diariamente. Vamos instituir transparência e respeito ao cidadão no âmbito do SISREG (SER), garantindo que o paciente saiba seu lugar na fila e a previsão de quando será atendido.

Esse salto de qualidade no acesso à saúde será implementado por meio de: i) uma gestão inteligente do atendimento, inclusive pela solicitação e marcação de atendimentos e acesso à informação por meio de aplicativo de celular, e da fila, com critérios adequados para assegurar a priorização de casos mais críticos; ii) um programa para atrair e reter profissionais de saúde – em especial, médicos generalistas e especialistas – visando sua mobilização já no primeiro ano de governo e medidas para distribuição mais equilibrada de serviços no Estado; e iii) uma reorganização eficiente da oferta de serviços do SUS no território de estado, inclusive com relação à atenção primária, com o Governo do Estado assumindo seu papel federativo. Mapearemos a capacidade ociosa nas redes localizadas no RJ, incluindo a rede federal e municipal, além da estadual, proporcionando um planejamento integrado. Além disso, vamos recuperar a rede assistencial, incluindo o Hospital Estadual de Infectologia e o apoio à modernização de Santas Casas para integração plena na rede estadual do SUS, e assegurar a coordenação com as outras áreas que impactam a saúde da população, como o meio-ambiente, a educação e a segurança.

Finalmente, investiremos em telemedicina e telecuidado, adotando um prontuário eletrônico estadual com adesão voluntária de municípios. A integração de dados e a melhoria do fluxo de informações a partir do uso intensivo de tecnologia será um dos eixos da estratégia de melhoria e agilização do atendimento. Cumpre destacar, ainda, outra prioridade do **Mais Saúde**: a redução da mortalidade por cânceres, tuberculose bem como das taxas de mortalidade infantil e materna.

4. PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO À FOME E À POBREZA EXTREMA

No âmbito do **Programa de Enfrentamento à Fome e à Pobreza Extrema**, pretendemos iniciar, no primeiro dia do novo governo, o **projeto Comida na Mesa**. Com ele nossa intenção é mobilizar e contratar uma rede de pequenos e médios restaurantes, em caráter emergencial, para aumentar a oferta de refeições gratuitas e subsidiadas, em parceria com os municípios. Priorizaremos, inicialmente, a oferta de refeições gratuitas em locais com maior presença de população em situação de rua. Serão abertas linhas de apoio (subvenção) a restaurantes populares já existentes, em parceria com prefeituras, igrejas e entidades da sociedade civil, para garantir oferta de refeições em diferentes pontos das maiores cidades. As ações de ampliação dos restaurantes populares administrados pelo Governo do Estado serão continuadas e reforçaremos a rede de cozinhas comunitárias e populares em articulação com a sociedade civil.

De forma mais ampla, buscaremos superar gradualmente a extrema pobreza no estado, ampliando o Supera Rio em parceria com o governo federal e integrando políticas públicas de assistência social, saúde, educação e geração de emprego e renda em bairros e regiões com altos índices de vulnerabilidade social. O Supera Rio ampliará seu alcance e os valores oferecidos às famílias serão reajustados. Ademais, para integrar as políticas de transferência de renda às ações de geração de emprego, **instituiremos também uma bolsa de capacitação técnica e profissionalizante** aos beneficiários do Supera Rio, garantindo a permanência na escola desse público mais vulnerável e incentivando a formação e qualificação profissional.

5. PROGRAMA RIO INTEGRADO

Entendemos que, para garantir qualidade de vida ao cidadão, é fundamental retomar o planejamento e o controle público do sistema de mobilidade, especialmente da Região Metropolitana. Pretendemos fazer isso por meio do Programa Estruturante **Rio Integrado**, cujos pilares se baseiam na coordenação dos meios de transporte, no fortalecimento da fiscalização, na supervisão pública sobre as concessões/empresas e na ampliação da transparência e da participação social. O principal objetivo será reduzir o tempo médio de viagem casa-trabalho da Região Metropolitana do Rio, hoje o pior do Brasil, segundo diversos levantamentos. Para tanto, iniciaremos uma reestruturação participativa e gradual da rede de transportes coletivos intermunicipais, em articulação com as redes municipais.

É preciso voltar a investir em mobilidade e reorganizar o sistema para priorizar os modos de alta capacidade (trens e metrô) e integrar linhas de ônibus, assegurando viagens mais confortáveis e tarifas mais baixas. Em relação aos trens urbanos (Supervia), o Governo do Estado buscará reverter o quadro de precariedade para torná-los uma das artérias da revitalização econômica da Região Metropolitana, a partir de um pacote de investimentos públicos para melhoria das estações, compra de novos carros, modernização da sinalização, isolamento completo da via e retomada de linhas expressas para garantir conforto e redução do tempo de viagem em cerca de 1/3 em relação ao

tempo gasto atualmente. De forma complementar a esses esforços, o governo apoiará o desenvolvimento de novas centralidades no Estado do Rio de Janeiro, corrigindo a excessiva concentração de empregos na Capital. As estações e seus entornos devem ser transformados em espaços de dinamização econômica, com polos de comércio e serviços, além de centros dedicados à economia solidária e mercados.

O programa também buscará a retomada do fluxo de investimentos públicos em mobilidade no estado, a partir da articulação com o Governo Federal para investimento prioritário nos trens da Supervia e na construção da Linha 3 do Metrô (São Gonçalo - Niterói). O Estado do Rio resgatará sua capacidade de planejamento a longo prazo a partir de uma política de investimentos constantes, expansão gradual e critérios adequados e públicos de priorização, incorporando ao planejamento demandas como a Ligação Carioca - Central, do Metrô, o VLT Ilha do Governador, VLT Baixada e novas estações de barcas na Baía de Guanabara. É preciso, ainda, fortalecer o transporte hidroviário, dando solução permanente às Barcas, criando novas estações e reformulando a política de concessões para esse modal.

O **Rio Integrado** garantirá a implementação da bilhetagem pública digital no transporte intermunicipal, conferindo transparência ao sistema. Além disso, com uma bilhetagem 100% eletrônica, será possível melhorar o planejamento estadual visto que poderão ser produzidos dados que o estado ainda não possui, tais como faturamento, quantidade de passageiros, quilometragem percorrida pelos ônibus, quantidade de veículos em circulação, tempo de trajeto, dentre outros. Essas informações estarão sempre disponíveis ao poder público e ao cidadão.

Como parte do programa, vincularemos **critérios de destinação de subsídio a metas de qualidade** (como, por exemplo, cobertura horária, pontualidade, frequência, tempo de viagem, manutenção, limpeza, segurança, acessibilidade, ar-condicionado, valorização do desenvolvimento humano do trabalhador e modernização da frota). Outra medida importante será o incremento de linhas de ônibus para maior integração intermunicipal com o Interior e Litoral.

6. PROGRAMA DESENVOLVE RIO

O **Programa Desenvolve Rio** pretende instituir um pacto pelo desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro com base na melhoria do ambiente de negócios, modernização da administração pública estadual e integração de esforços envolvendo o governo federal, municípios fluminenses e o setor produtivo. A partir da liderança do Governador, pretende-se incentivar um novo ciclo de investimentos no estado, garantindo segurança jurídica e política aos empreendimentos.

No âmbito do programa, será criado um **Escritório de Projetos** vinculado a um **Conselho de Novos Negócios**, com participação direta do Governador e do setor privado (FIRJAN, FECOMERCIO, Associações Comerciais etc.), tendo como objetivo atrair novos projetos e coordenar a retomada econômica do Estado do Rio de Janeiro. Apoiando-se em uma

estratégia de promoção do desenvolvimento que dinamize a economia e gere receitas, é possível conciliar responsabilidade social e responsabilidade fiscal. A articulação com o governo federal será imprescindível para garantir recursos que financiem uma robusta carteira de projetos estratégicos. Nesse sentido, será preciso garantir que o Estado do Rio de Janeiro retome sua capacidade de investimento.

Devemos, ainda, fortalecer as agências reguladoras (Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro – Agerensa; e Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e Rodovias do Estado Rio de Janeiro – Agetransp), bem como a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – Agerio para aumentar crédito e apoio a microempreendedores, e a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – Codin, visando à ampliação de nossa capacidade de atração de investimentos.

Para fomentar o desenvolvimento de regiões mais empobrecidas, serão abertas frentes de trabalho a partir de investimentos em infraestrutura. O apoio ao desenvolvimento local e aos microempreendedores é imprescindível no processo de retomada econômica, por esse motivo será criada uma rede de **Casas do Empreendedor** nas principais cidades do estado e bairros mais populosos da Capital. A Casa do Empreendedor oferecerá ao empreendedor: (i) cursos de formação; (ii) assessoria jurídica, contábil e de marketing; (iii) feiras de negócios, trocas e apoio mútuo entre os empreendedores; (iv) acesso facilitado e simplificado ao crédito; e (v) estações de trabalho (coworking). As Casas do Empreendedor serão instaladas em parceria com o Sebrae e com organizações da sociedade civil, aproveitando as iniciativas já existentes, como aquelas organizadas pelo Sine.

Também será instituída uma estratégia de **melhoria da conectividade e infraestrutura tecnológica** do estado, garantindo acesso à Internet de banda larga, via Wi-Fi, às regiões que ainda não tenham uma conectividade adequada e estável, a partir da ampliação do programa federal Wi-Fi Brasil. Essa ação será voltada prioritariamente para regiões não atendidas adequadamente por prestadora de serviço de internet e banda larga. Serão implementados o GESAC Ponto de Internet (em instituições públicas) e o GESAC Livre (em espaços públicos com acesso livre) nessas localidades. Finalmente, o **Programa Desenvolve Rio** buscará garantir a expansão dos investimentos no setor de **petróleo e gás**, possibilitando o aporte de parte dos recursos para o financiamento da transição energética com o objetivo de alçar o Estado do Rio de Janeiro a uma posição de vanguarda no desenvolvimento da economia verde.

7. PROGRAMA POLÍCIAS TREINADAS E EQUIPADAS

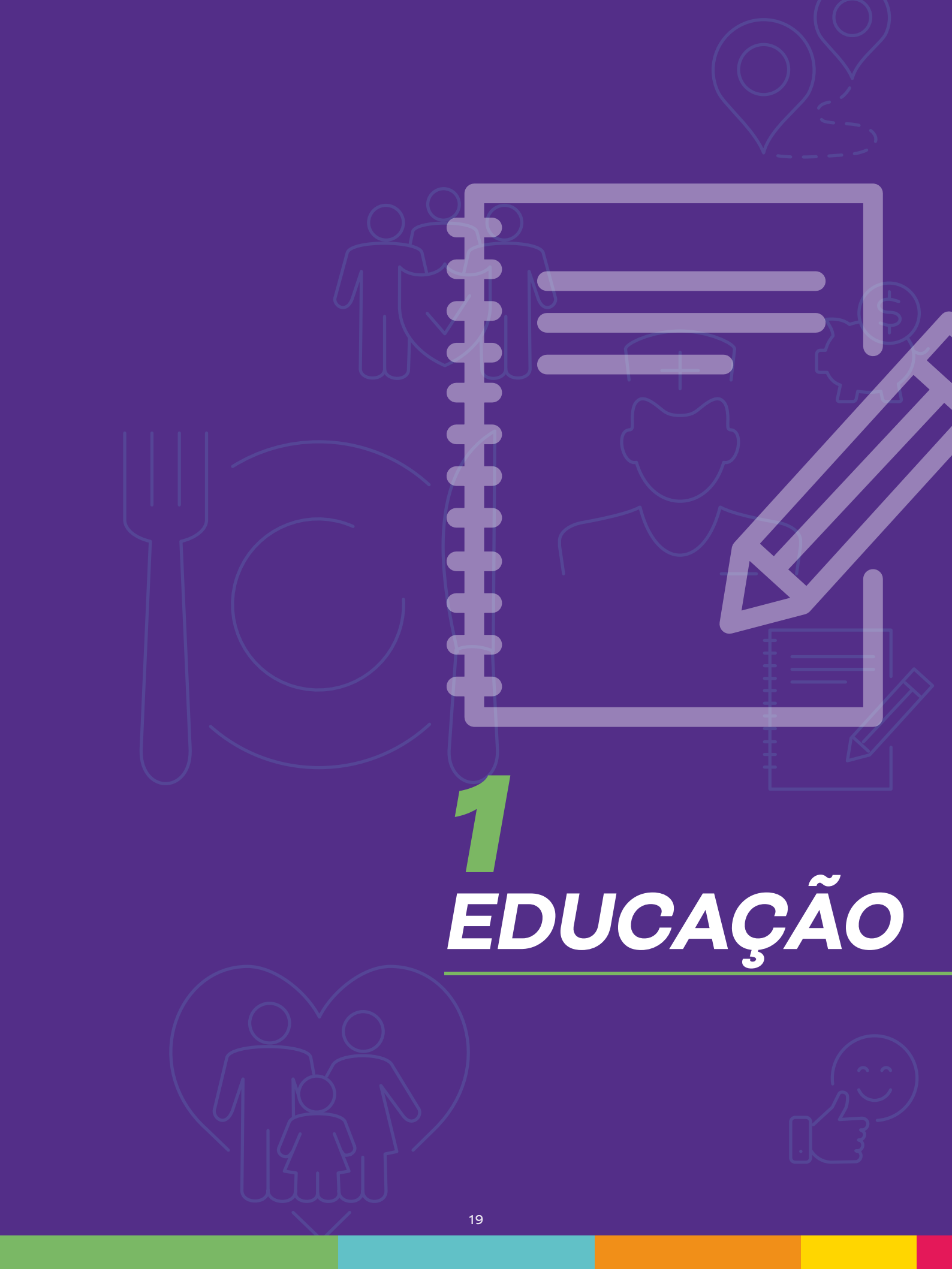
Entendemos também que é preciso investir na modernização e qualificação das polícias, pois policiais bem treinados são os principais instrumentos da preservação da ordem e aumento da sensação de segurança, e fundamentais para garantir o exercício da liberdade e dos demais direitos da cidadania pela população. Devemos valorizar e reconhecer o policial como servidor público essencial, melhorando suas condições de trabalho, protegendo sua integridade física e investindo em inteligência e tecnologia.

Entre as prioridades da segurança pública, estará o enfrentamento às organizações criminosas que atuam no estado. Para tanto, verificamos ser fundamental garantir um combate eficaz e inteligente ao crime organizado. Nossa estratégia terá como prioridade o aumento da capacidade de investigação, o combate ao poder econômico dos grupos criminosos e a redução da letalidade.

Será criado um **Gabinete Integrado de Combate ao Tráfico de Armas** e investiremos no monitoramento eletrônico de bairros e/ou regiões com altos índices de roubos de veículos e de cargas. O policiamento orientado pela análise permanente de dados, incluindo manchas criminais, será outro recurso decisivo para o combate à prática criminosa recorrente e organizada, o que resultará no aumento da segurança da população e do respeito aos seus direitos.

A seguir apresentaremos nossas propostas e soluções para a atuação do Executivo Estadual, divididas em 11 áreas temáticas. Ressaltamos que propostas adicionais poderão ser incorporadas e que os temas dialogam e se interligam em diversos aspectos.





1

EDUCAÇÃO

Na última década, o Estado do Rio de Janeiro retrocedeu em praticamente todas as áreas de atuação do Poder Executivo estadual. Na educação o resultado dos sucessivos escândalos de corrupção, da má gestão, do aparelhamento político generalizado e da falta de compromisso com o povo fluminense tem sido ainda mais dramático. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB, o principal indicador utilizado para aferir a qualidade da educação no país, despencou no Estado do Rio de Janeiro desde 2013. No último levantamento, o estado, que chegou a ocupar a quarta posição no ranking nacional, ficou em vigésimo lugar dentre os vinte e sete estados da federação. Apenas 3,7% dos estudantes das escolas estaduais apresentaram desempenho satisfatório em matemática e mais de 35% apresentaram desempenho abaixo do padrão considerado “básico” em língua portuguesa. Em relação à distorção idade- série (índice que avalia se nossos estudantes estão na série compatível com sua idade) o Rio de Janeiro apresenta o sexto pior resultado do país! O percentual de jovens entre 15 e 17 anos que está fora do ensino médio no Estado do Rio de Janeiro fica acima da média nacional e é quase o dobro da registrada em São Paulo, chegando a inaceitáveis 27% do total de jovens nessa idade.

Esse quadro se agravou ainda mais com a pandemia de covid-19. Estamos diante da possibilidade de um retrocesso monumental em termos de desenvolvimento educacional do estado, o que certamente penalizará principalmente os estudantes mais vulneráveis. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado recentemente, revelou que estudantes das escolas públicas brasileiras estudaram quase 50% a menos durante a pandemia. Os mais prejudicados foram exatamente os mais pobres e negros/as. Entre os alunos cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família o número de horas diárias dedicadas aos estudos caiu de 4 horas e 1 minuto para 2 horas e 1 minuto. Na mesma direção, um relatório conjunto produzido por UNICEF, UNESCO e Banco Mundial sobre educação durante a pandemia alerta para possíveis “perdas irreparáveis” no desenvolvimento educacional de países como o Brasil e adverte acerca dos enormes prejuízos que os déficits de aprendizagem devem trazer para o rendimento dos alunos mais afetados pela interrupção das atividades escolares.

Sem uma mudança de rumo no Governo do Estado, os estudantes fluminenses estarão entre os mais prejudicados pela pandemia em todo o país. É preciso reorientar as políticas educacionais, investir em tecnologia, formação de professores, aperfeiçoamento da gestão escolar e desenvolver um amplo programa de reforço escolar e aprendizagem intensiva no estado. A ampliação da educação integral é outra agenda urgente e inadiável. Precisamos mobilizar esforços para garantir o aumento do número de horas dedicadas aos estudos por nossos alunos. É fundamental construir um grande pacto em favor da educação e trabalhar decididamente para que nenhuma criança, jovem ou adolescente fique para trás. Esse pacto deve se desdobrar em uma estratégia integral de atenção aos estudantes mais vulneráveis, acompanhando o desenvolvimento escolar de nossas crianças e adolescentes da primeira infância ao primeiro emprego, mobilizando uma rede de atenção e cuidados que envolva políticas de saúde, assistência social, cultura, esporte e educação (ver **Programas estruturantes**). A virada na educação começa com o enfrentamento à evasão escolar e com o apoio integral a nossos alunos/as e suas famílias na recuperação do tempo perdido nesses dois anos de pandemia. É hora de apoiar nossas escolas e os profissionais da educação e colocar a educação no topo das prioridades do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

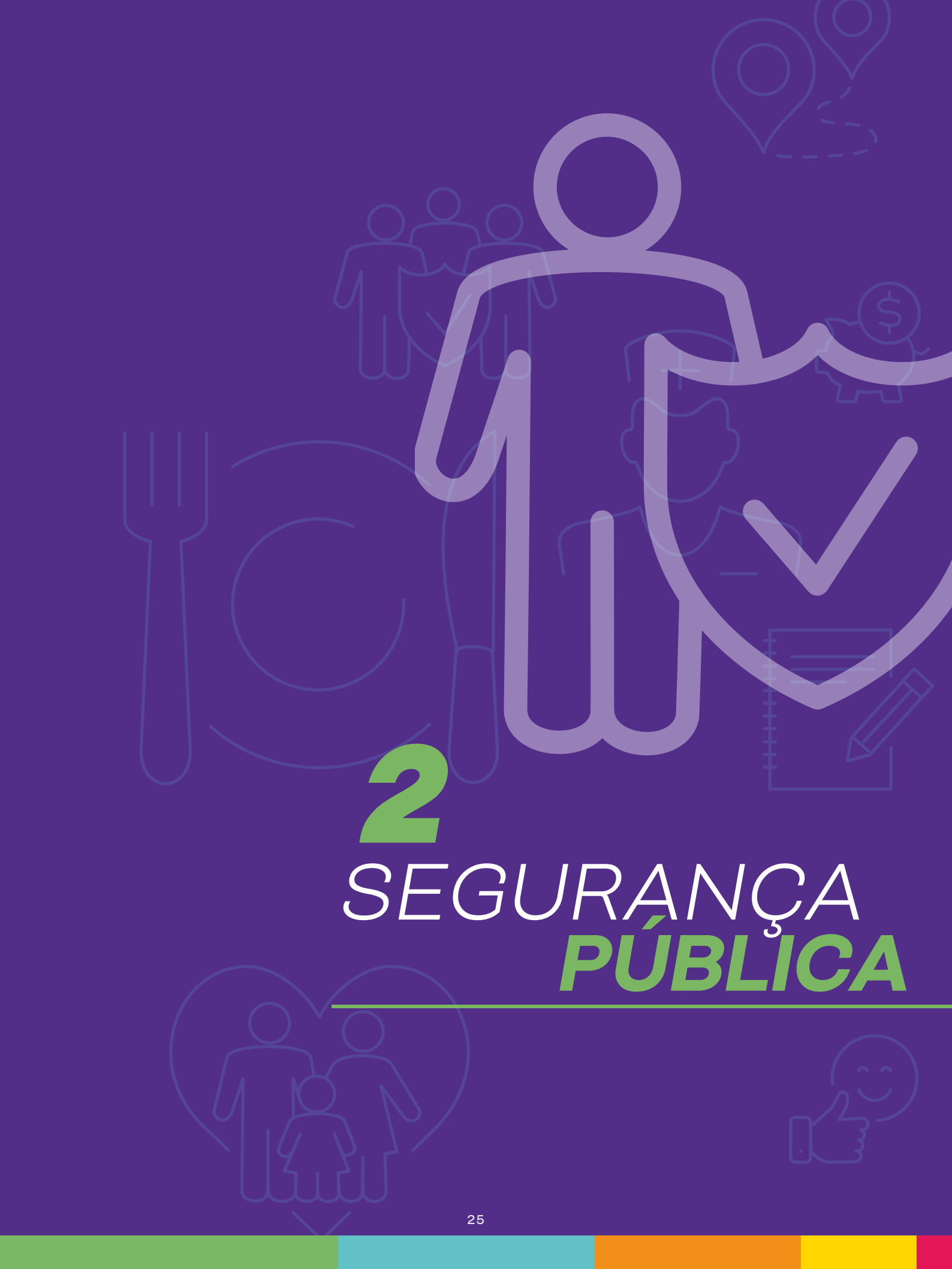
VER PROGRAMA ESTRUTURANTE CORRENTE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL na abertura deste documento.

- Implementar um **PROGRAMA ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO ABANDONO E À EVASÃO ESCOLAR NO PÓS-PANDEMIA** que envolva: uma política permanente de busca ativa de estudantes, em parceria com os municípios e o UNICEF; ampliação de incentivos financeiros para a permanência dos estudantes mais pobres (poupança-escola); ações intersetoriais e transversais para atuação nos territórios e nas escolas com maiores índices de abandono; e apoio aos municípios em suas estratégias de recuperação e manutenção de vínculos.
- Dar início imediato a um **PROGRAMA ESTADUAL DE APRENDIZAGEM INTENSIVA E RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS**, em parceria com universidades e instituições que atuam na formação de professores. Será preciso investir em processos de avaliação, formação em metodologias ativas, revisar as estruturas curriculares e organizar uma estratégia ampla de reforço escolar. O programa contará ainda com uma estratégia de incentivo a políticas de acolhimento e apoio emocional a estudantes e profissionais da educação, a fim de identificar e conter os efeitos psicológicos e socioemocionais da pandemia.
- **AMPLIAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO** com base na recuperação dos CIEPs e na integração entre políticas educacionais e políticas de cultura e esporte desenvolvidas no âmbito estadual. É preciso, ainda, buscar a integração entre as escolas e seu entorno, possibilitando o uso educacional de equipamentos públicos, praças, áreas livres, etc. O estado deve assegurar o cumprimento da meta pactuada no Plano Nacional de Educação e elevar a oferta de ensino integral para 50% da rede estadual.
- Criar um **SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO** do desempenho dos alunos e das escolas referenciado nas melhores práticas de avaliação e gestão das aprendizagens. Realizar, na prática, o compromisso de não deixar nenhum aluno/a para trás com base em um sólido sistema de avaliação integrado a uma política permanente de correção de fluxo, aperfeiçoamento dos métodos de aprendizagem, estímulo à alfabetização na idade certa, etc.
- Implementar um **PROGRAMA ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR DO Estado E AMPLIAÇÃO DA CONECTIVIDADE**, estimulando o desenvolvimento de políticas de cultura e esporte nas escolas e viabilizando a expansão do tempo dedicado por cada estudante ao seu desenvolvimento educacional. Esse programa deve ser percebido como parte da estratégia de recuperação econômica do estado, priorizando a contratação de mão de obra local e a mobilização de empresas de pequeno e médio porte para a realização de obras em todas as regiões do estado. O

programa buscará melhorar a conectividade e a infraestrutura tecnológica das escolas, inclusive em áreas rurais, além de promover a inclusão digital dos alunos e profissionais da educação. Nesse sentido, é preciso estimular o letramento digital desde a primeira infância e o desenvolvimento de competências digitais ao longo de todo ciclo escolar.

- **REFORMULAR O ATUAL DESENHO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA REDE FAETEC** tendo como referência os Institutos Federais de Educação Tecnológica. Esta reestruturação buscará contemplar o atendimento a demandas contemporâneas do ensino médio, considerando a necessidade da implementação de mudanças nesta etapa da educação básica com base em um amplo debate envolvendo representações da sociedade, Fórum Estadual de Educação, movimentos sociais, sindicatos e comunidade escolar.
- Fortalecer o papel da **UERJ, UEZO e UENF** como articuladoras e incentivadoras da produção de conhecimentos na educação básica, ampliando suas relações com as redes municipais de educação e fortalecendo seu papel no desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento econômico, tecnológico e social do ERJ.





2 SEGURANÇA **PÚBLICA**

O Rio de Janeiro convive, há pelo menos três décadas, com grupos criminosos armados que desrespeitam sistematicamente os direitos mais elementares do cidadão/ã como o direito de ir e vir e controlam parte expressiva do território do estado, afetando diretamente a economia e a qualidade de vida da população. Desde que uma máfia se instalou na administração do Governo do Estado a situação só piorou. Em 2019, 124 dos 161 bairros da Capital (77%) tinham a presença de pelo menos um grupo criminoso, dos quais 67 com presença de uma ou mais facções de drogas, 20 com presença de grupos milicianos e 37 com ambos os grupos. O quadro também se agravou nas demais regiões visto que a expansão do controle territorial por parte das milícias e facções criminosas ocorre em meio à falência das políticas de segurança experimentadas pelos últimos governos, sempre marcadas por saídas eleitoreiras, episódicas e incapazes de oferecer soluções estruturais no enfrentamento à criminalidade no estado.

Um dos principais problemas identificados nas políticas de segurança no Rio de Janeiro é o baixo índice de resolutividade dos crimes, o que reforça a sensação de impunidade e favorece a prática criminosa. Um estudo feito pelo Centro de Pesquisa do Ministério Público do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ) aponta que, dos 3.903 dos casos de homicídios dolosos registrados em 2015, somente 14,6% haviam sido denunciados pelo MPRJ e, em apenas 3,5% dos casos, o réu já tinha recebido uma sentença após 4 anos desde a realização do crime. Esses números atestam a urgência do aumento da celeridade da Justiça e da capacidade investigativa das polícias, com o objetivo de elevar os percentuais de responsabilização pelos crimes cometidos. Além desses baixos índices de esclarecimento, outros problemas se acumulam nas políticas de segurança: má gestão, distribuição desproporcional do efetivo com baixa concentração de policiais em territórios de alta criminalidade, fragilidade dos sistemas de informação e controle, precariedade da formação e capacitação de policiais.

A impunidade e os problemas estruturais da segurança pública podem ser enfrentados com o uso de inteligência e tecnologia, além de uma maior integração entre as instituições do sistema de justiça. Nesse sentido, o papel do Governo do Estado é decisivo. É preciso, sobretudo, recuperar a confiança da população nas forças policiais e no próprio governo. Porém, isso não será feito a partir de bravatas, de programas improvisados e superficiais que surgem às vésperas das eleições ou do incentivo ao aumento da letalidade na atuação policial, que, por sinal, é um indicador crítico de ineficiência do trabalho desenvolvido pelas forças de segurança. Como a arbitrariedade e a letalidade não fazem parte de nenhum manual ou regra de policiamento, a tolerância com esses procedimentos exige uma série de acomodações em que são desrespeitados a hierarquia e os processos internos. A violência e o abuso favorecem a corrupção e promovem a desorganização e a ineficiência, jamais bons resultados. Além disso, uma de suas consequências mais dramáticas e imediatas é a perda de legitimidade das polícias.

O Rio de Janeiro pode e deve ser mais seguro para todos/as. Mas, para isso é preciso modernizar as Polícias Militar e Civil por meio da valorização do policial, do investimento em tecnologia, da gestão baseada em evidências e da formulação de estratégias que

desestabilizem as organizações criminosas e reduzam os crimes violentos. Somente com policiais mais preparados e treinados para o exercício de suas atividades seremos capazes de reconquistar a legitimidade das políticas de segurança no estado. É preciso também investir em protocolos claros para o enfrentamento do crime, garantindo a eficácia da ação das forças de segurança, bem como a redução da letalidade policial. Isso permitirá ao governo uma integração muito maior entre os órgãos, a diminuição da criminalidade e a consolidação de um modelo de polícia que esteja a serviço da população.

O investimento em políticas de prevenção à violência, em especial, aquelas destinadas aos jovens e adolescentes é outro elemento fundamental para a virada que precisamos nas políticas de segurança no Estado do Rio de Janeiro. Um estudo da Universidade de São Paulo, USP, publicado recentemente, revela que o investimento em escolas de tempo integral pode reduzir as taxas de homicídio em até 50%. A ampliação imediata da oferta de educação integral no estado (com foco na recuperação dos CIEPs), associada a políticas de incentivo à permanência na escola de estudantes em situação de vulnerabilidade social, será uma das prioridades de nossa estratégia de segurança. A oferta de um modelo de ensino profissionalizante mais atraente e de projetos culturais e cursos de requalificação profissional em territórios conflagrados também farão parte da agenda de consolidação do **Programa Prosperidade**, um dos sete programas estruturantes transversais e intersetoriais a serem implementados já no primeiro ano de nosso governo.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

VER PROGRAMA ESTRUTURANTE **POLÍCIAS TREINADAS E EQUIPADAS** na abertura deste documento.

- **ENFRENTAMENTO À IMPUNIDADE E AUMENTO DA EFICÁCIA DA AÇÃO POLICIAL:**

promover a eficácia e a integração do sistema de segurança pública e justiça criminal, aperfeiçoando sua governança de forma a garantir a atuação coordenada de seus diferentes órgãos. Vamos valorizar o Instituto de Segurança Pública (ISP), que deverá apoiar um novo sistema de gestão por resultados e políticas de segurança orientada por evidências, com critérios técnicos e transparentes. Um sistema de metas aperfeiçoado, que ajude a dar mais eficácia à atuação dos órgãos de segurança, será adotado pela administração estadual. No orçamento da segurança, daremos prioridade à tecnologia e à inteligência. Um programa de controle de uso da força, reestruturando e melhorando o programa atual - que sequer saiu do papel - será instituído, definindo protocolos para uso da força, com especial atenção às operações policiais, em geral, em relação à sua motivação e efetividade. Será criada, também, uma comissão de mitigação de uso da força dentro da Polícia Militar que se reúna de forma regular para discutir os casos de uso da força letal, nos moldes da Comissão implantada pelo Estado de São Paulo. Protocolos claros de emprego da força e ações baseadas na inteligência policial reduzirão a letalidade e aumentarão o impacto positivo das operações. Além disso, iniciativas de monitoramento e supervisão por órgãos de controle interno e externo serão ampliadas e fortalecidas, como, por exemplo, a necessária recriação de uma Ouvidoria na área de segurança pública.

- **MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS:** Devemos valorizar e reconhecer o papel fundamental do policial como agente garantidor da sensação de segurança. Por isso pretendemos melhorar suas condições de trabalho, incentivando bons policiais e garantindo o respeito nas relações internas, através de regras claras e transparentes de promoção por mérito. Além disso, investiremos na digitalização dos inquéritos e em perícia e tecnologia, a fim de garantir uma apuração técnica, ágil e transparente.

- **COMBATE EFICAZ E INTELIGENTE AO CRIME ORGANIZADO:** entre as prioridades da segurança pública estará o enfrentamento às organizações criminosas. Nossa estratégia terá como prioridade o aumento da capacidade de investigação relativa ao poder econômico dos grupos criminosos e a adoção de ações coordenadas para efetivo esclarecimento e punição a homicídios. Essas ações têm como um de seus principais objetivos o enfraquecimento das organizações criminosas. Será criado um Gabinete Integrado de Combate ao Tráfico de Armas e investiremos no monitoramento eletrônico de bairros e/ou regiões com altos índices de roubos de veículos e de cargas. O policiamento orientado pela análise permanente de manchas criminais será outro recurso decisivo para o combate à prática criminosa recorrente e organizada e para o aumento da sensação de segurança.

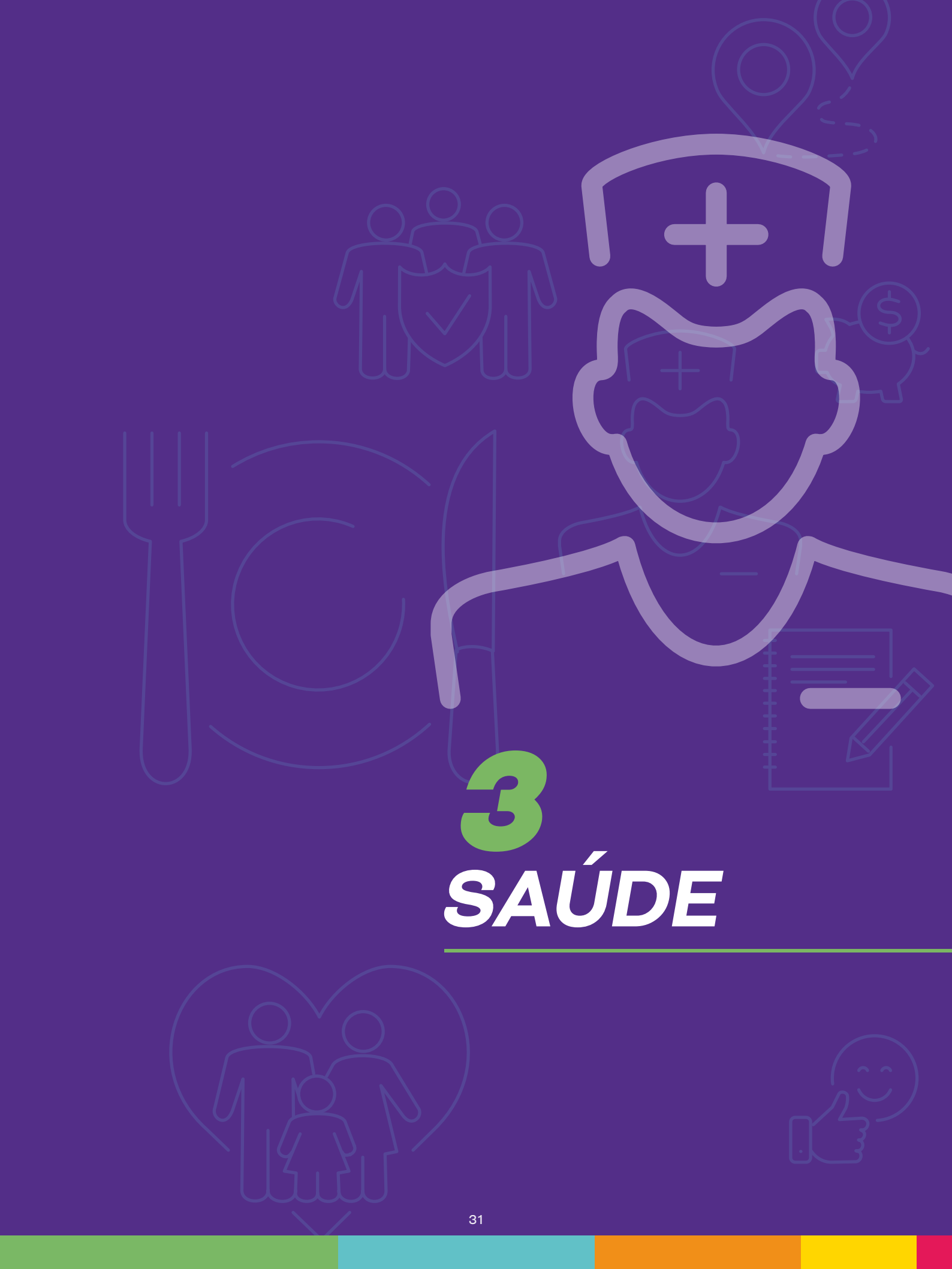
- **NOVO PLANO DIRETOR DO SISTEMA PRISIONAL DO Estado DO RIO DE JANEIRO:**

Esse novo Plano Diretor deverá ter como foco principal a redução da superlotação dos presídios e no desenvolvimento de projetos de formação e capacitação profissional que contribuam para a redução da reincidência e a reinserção social. É preciso, ainda, melhorar as condições de funcionamento do sistema prisional e impedir que líderes de grupos criminosos continuem exercendo suas atividades criminosas a partir das prisões. Nesse sentido, é fundamental a articulação com o Poder Judiciário para garantir que lideranças do crime organizado cumpram suas penas em regime diferenciado, com restrição de comunicação e sem obtenção de vantagens incompatíveis com a gravidade dos crimes cometidos. O uso de inteligência e tecnologia pelos operadores do sistema prisional também deve compor uma estratégia abrangente de interrupção das atividades de comando a partir dos presídios. Além disso, é preciso evitar que presos em diferentes regimes cumpram suas penas na mesma unidade.

- **FORMULAR E IMPLEMENTAR PLANOS REGIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA:** Vamos traçar estratégias a partir das necessidades e particularidades da segurança em cada território, garantindo a atuação mais efetiva dos órgãos de segurança. Também ampliaremos e fortaleceremos a participação da sociedade em geral e da população dos territórios nas políticas de segurança, valorizando e apoiando o funcionamento do sistema de Conselhos de Segurança Pública, hoje abandonado e funcionando precariamente. A interlocução entre os órgãos de segurança e a população pode ser aliada na redução dos crimes e na retomada do protagonismo do estado em regiões conflagradas.

- Manutenção e fortalecimento do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, PROVITA, do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, PPDDH, e do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçados de Morte, PPCAAM.





3 **SAÚDE**

A análise de dados do sistema de saúde pública do Estado do Rio de Janeiro revela uma realidade marcada pela fragilidade estrutural do sistema e por enormes disparidades regionais em termos de acesso aos serviços de saúde. Sucessivos escândalos de corrupção observados nos últimos anos, incluindo o que levou ao impeachment do companheiro de chapa de Cláudio Castro, Wilson Witzel, envolveram a área da saúde. O resultado disso tem sido devastador.

A taxa de mortalidade infantil, indicador extremamente sensível às condições de vida da população, vem aumentando desde 2015 e o Rio de Janeiro ocupa a última posição entre os estados do sudeste nesse quesito. Também somos o estado com mais casos de câncer por ano e o que menos interna e realiza diagnósticos na região. Em 2019, tivemos o menor número de casos diagnosticados a cada 100 mil habitantes (155,0) e o menor número de internações por 100 habitantes (222,9), o pior resultado dentre todos os estados da região sudeste. Com menos diagnósticos e internações, aumentam o sofrimento e a possibilidade de óbitos nesses casos.

A taxa média de internação no estado, entre 2010 e 2019, é significativamente inferior à média verificada no restante do país e representa apenas 75,24% da taxa observada na região sudeste durante o mesmo período. Esse desempenho negativo evidencia a fragilidade do sistema de saúde no Rio de Janeiro. Portanto, não parece ser coincidência que o estado seja atualmente o campeão em mortes por tuberculose no país. O aumento da pobreza e da desnutrição associado a taxas tão baixas de internação têm impulsionado a disseminação da doença no estado.

A população fluminense sofre com a dificuldade de acesso e serviços de péssima qualidade, provocados pelo caos administrativo, a corrupção e a desigualdade na oferta dos serviços. O Governo do Estado, além de gerenciar muito mal a maioria de seus próprios estabelecimentos (56 hospitais e centros de especialidade estaduais e 30 UPAs) também se omite em relação à tarefa de coordenar e apoiar o funcionamento da invejável infraestrutura já instalada de hospitais federais, municipais, particulares e filantrópicos conveniados. O Rio de Janeiro conta com 21 dos 91 hospitais federais de todo o Brasil e, mesmo assim, conforme exposto anteriormente, apresentamos uma das menores taxas de internação do país. Temos enorme capacidade ociosa que precisa da ação do governo para ser revitalizada e articulada, oferecendo melhores e mais rápidos atendimentos à população.

O quadro da saúde estadual é dramático, mas com seriedade, ética, transparência e gestão é possível mudar essa realidade. O estado é sede de instituições de pesquisa e desenvolvimento em saúde que são referências nacionais. Reunimos todas as condições para desenvolver uma sólida política industrial e tecnológica relacionada à área da saúde. Temos a segunda maior força de trabalho do país, com profissionais extremamente qualificados e com formação diversificada. Mas é preciso “blindar” a saúde dos ataques que vem recebendo nas últimas décadas. A corrupção, o aparelhamento político e a falta de respeito à população que depende dos serviços públicos de saúde devem ser substituídos por uma gestão profissional, orientada por resultados, e comprometida com a ética pública e a transparência.

O respeito aos usuários/as do SUS deve estar no centro de nossa estratégia de reorganização dos serviços de saúde no estado. É preciso ampliar os recursos destinados à saúde, investindo em tecnologia, qualificação da infraestrutura, redução das desigualdades regionais, valorização profissional e atração de novos profissionais. A virada na saúde começa com o respeito e adequada informação ao cidadão na marcação de consultas, exames e cirurgias e melhoria do atendimento em geral. Esse será o objetivo central do programa estruturante **Mais Saúde**, apresentado no início deste documento. É preciso concentrar esforços na redução do tempo de espera nas filas do SISREG, o que demandará capacidade de gestão, regulação, tecnologia e mobilização de recursos humanos.

Finalmente, o estado deve se preparar antecipadamente para o enfrentamento a epidemias e calamidades, como forma de preservar vidas e assegurar que jamais ocorra novamente o que vimos durante a pandemia de covid-19 onde integrantes do atual governo aproveitaram um momento de crise e emergência sanitária para faturar às custas do sofrimento do povo fluminense.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

VER PROGRAMA ESTRUTURANTE **MAIS SAÚDE** na abertura deste documento.

- **Aumentar a oferta de atendimento médico para toda a população, com maior previsibilidade e transparência no SISREG.** Revitalizar e integrar a rede de hospitais existentes no RJ. Para tanto é preciso que o governo do estado assuma a responsabilidade de **COORDENAR O SUS NO TERRITÓRIO DO Estado**, papel federativo do qual a Secretaria de Estado de Saúde se omite há anos. O objetivo é reorganizar, dar eficiência e garantir qualidade às ações, aos serviços e aos recursos públicos de saúde localizados no Estado do Rio de Janeiro, considerando a capacidade instalada, o potencial e a integração da rede pública federal e estadual e os contratos e convênios com instituições filantrópicas e privadas. Devemos efetivar a regionalização da Saúde, dando mais eficiência à aplicação dos recursos do SUS, ampliando a participação social e a articulação com as prefeituras. Somente com o Governo do Estado assumindo esse papel coordenador será possível superar o caos administrativo e a ineficiência que marcam a Saúde no estado. Dessa forma, vamos conseguir melhorar os indicadores e entregar serviços de qualidade à população, garantindo atendimento mais célere e reduzindo as desigualdades no acesso à Saúde.
- **Instituir o PROGRAMA PERMANENTE DE MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE**, garantindo no orçamento do estado recursos para investimento na melhoria da estrutura dos hospitais e centros clínicos (rede assistencial). Vamos vincular o destino dos recursos às metas de melhoria dos indicadores, privilegiando a reorganização dos serviços. Entre as prioridades estão o Hospital Estadual de Infectologia e os equipamentos estaduais e municipais em situação mais crítica do ponto de vista da infraestrutura física, como hospitais de pequeno porte. As Santas Casas também terão apoio para modernização e plena integração à rede estadual do SUS.
- Organizar um **CENTRO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS SANITÁRIAS** para assegurar a prevenção da disseminação de pandemias, bem como o tratamento de pacientes. Esse centro, coordenado pelo Governo do Estado, terá participação de todas as instituições públicas, filantrópicas e privadas localizadas no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo é garantir vacinas, medicamentos, insumos básicos e uma rede assistencial suficiente e qualificada para prevenção e tratamento.
- Blindar a Saúde contra corrupção por meio de um **PROGRAMA ESPECIAL DE INTEGRIDADE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE**. Esse Programa envolverá: avaliação permanente da qualidade das ações e serviços de saúde; articulação institucional com o TCE e o MP para atuação preventiva na Saúde; fortalecimento do controle social, de conselhos e da Controladoria Interna do Governo para atuação preventiva na Saúde; alteração da legislação institucional da Secretaria para garantir a idoneidade das nomeações, com prévia avaliação dos nomes por um Comitê de Integridade; ampla revisão dos procedimentos de compra e de gestão de contratos, com vinculação do pagamento a metas baseadas em indicadores de resultado na melhoria do atendimento à população.

- Desenvolver um programa de promoção da Saúde dirigido às populações vulnerabilizadas
 - com apoio das universidades e organizações da sociedade civil - integrado às políticas de enfrentamento à miséria e à fome.
- Apoiar (com recursos, médicos e tecnologia) os municípios com o objetivo de **AMPLIAR A COBERTURA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DA SAÚDE** (Estratégia de Saúde da Família - ESF) para 70% do território do estado. Hoje a cobertura formal no Estado do Rio de Janeiro é de aproximadamente 55%. Ampliar os serviços de Saúde Bucal bem como a articulação com especialidades essenciais nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de modo a dotar as Clínicas de maior capacidade de resposta, melhorando o atendimento da população e reduzindo a necessidade de encaminhamento dos casos.
- Garantir apoio aos municípios fluminenses com o objetivo de assegurar a **CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**. Assegurar o apoio do Estado à consolidação do cofinanciamento para a ampliação e qualificação da rede comunitária e territorial de saúde mental e atenção psicossocial nos municípios. Promover a reorganização dos serviços estaduais e consolidar uma política estadual de álcool e drogas intersetorial e laica baseada nas diretrizes de desinstitucionalização.
- **VALORIZAR OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE**: sem os esforços desses profissionais, a mortalidade por covid-19 no estado poderia ter sido ainda pior. É preciso garantir remuneração adequada, oportunidades de aperfeiçoamento e melhoria das condições laborais, incluindo a democratização das relações de trabalho. Para tanto, é necessário desenvolver um plano de transição rumo à desprecarização das relações trabalhistas na Saúde.





4

DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
E TRABALHO

Nos últimos vinte anos, a economia do Estado do Rio de Janeiro enfrentou profundas mudanças em sua estrutura produtiva, resultando na perda contínua de dinamismo que se expressa em taxas de crescimento econômico e geração de emprego a níveis insistentemente inferiores à média nacional. As atividades industriais perderam importância ao longo desse período, sobretudo a indústria de transformação, passando de 17% do PIB em 2000 para 6% em 2019.

Esse baixo dinamismo econômico pode ser observado num período mais longo, mas se acentuou com a crise econômica nacional de 2015 e 2016 e, mais recentemente, com a crise sanitária motivada pela pandemia de covid-19. Além de comprometer a geração de renda e de empregos, ele tem um efeito negativo sobre a arrecadação, afetando o investimento público, a execução de políticas públicas e o fornecimento de serviços públicos essenciais, retroalimentando o baixo crescimento econômico e agravando a crise social.

A ausência de estratégias e de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e a sofisticação da economia fluminense está na origem desse impasse. Não se deve menosprezar também os fatores externos associados à atratividade de outros estados da Federação que, por meio de incentivos fiscais ou mesmo de um ambiente mais favorável à instalação de novas empresas (definido por fatores como segurança pública, por exemplo), acabaram por atrair empresas que já estavam ou poderiam estar no Rio.

Para superar essa realidade, o Rio de Janeiro precisa construir um **Pacto pelo Desenvolvimento** que articule as três esferas de governo (União, estado e municípios) e o setor produtivo, em torno de uma agenda liderada pelo Governador, que seja capaz de priorizar investimentos estratégicos, atrair novos negócios e apoiar quem trabalha, produz e inova no estado.

Partindo do aproveitamento, fortalecimento e integração da infraestrutura logística, da rede de educação, ciência e tecnologia (escolas técnicas, universidades e centros de pesquisa), bem como do patrimônio cultural, ambiental e criativo do Rio de Janeiro, é possível impulsionar um novo ciclo de investimentos com o objetivo de aumentar o emprego, a renda e a formalidade, a diversificação produtiva e a produtividade, consolidando um novo modelo de desenvolvimento econômico, com distribuição de renda e responsabilidade ambiental.

Um **Novo Ambiente de Negócios** requer o resgate da credibilidade que o Rio de Janeiro perdeu nos últimos anos. Uma máquina pública eficiente, com empatia às complexidades do investimento privado e com interlocução técnica e séria é o que se espera realizar. A melhoria do ambiente de negócios no estado começa com o enfrentamento à corrupção e com o resgate das instituições. Haverá foco no fortalecimento das políticas de integridade e compliance no campo institucional. O combate ao crime organizado, ao roubo de carga, ao furto de cabos e o aumento da sensação de segurança, em geral, será a parte visível desse novo ambiente. Contudo esse movimento também passa pela digitalização dos serviços e a simplificação dos processos no campo tributário tornando o estado mais acessível para a sociedade e mais favorável para o investidor.

O estado explorará mecanismos como PPPs, concessões e alienação de ativos sem uso, sempre sob a regulação e fiscalização de agências qualificadas, equipadas e efetivamente independentes, o que, dada a escassez de recursos, permitirá ao poder público priorizar sua atuação direta na prestação dos serviços públicos de segurança, educação e saúde.

A virada na imagem e reputação do Estado do Rio de Janeiro, associada à recuperação de nossa credibilidade institucional, abrirá espaço para um **Novo Ciclo de Investimentos**. O Rio de Janeiro tem vocação para transformar-se em um paraíso verde e em um exemplo de desenvolvimento sustentável, com impacto direto na atividade econômica, na qualidade de vida e na autoestima da população (ver abaixo a área temática sobre o Pacto Verde para o RJ). Mas o petróleo seguirá sendo o carro-chefe da atividade econômica do estado por um período considerável.

Por isso, é preciso que o estado dê suporte aos investimentos em especial nas áreas de exploração e produção de petróleo e infraestrutura. O setor de óleo e gás tem suficiente potencial de investimento nos próximos 5 anos para quase dobrar sua produtividade, aumentando de 2,9 milhões para 5,2 milhões de barris sua produção diária. Mas para isso o Governo do Estado deve dar celeridade ao licenciamento desses investimentos (sem prejuízo da análise de impacto ambiental), reestruturar a tributação no setor (desonerando as etapas do investimento e concentrando a tributação nas etapas de produção), além de construir um amplo programa de capacitação profissional para que essas oportunidades sejam aproveitadas pelos trabalhadores fluminenses.

Mas é preciso tornar a economia fluminense menos dependente do Petróleo e de suas oscilações de preços, sempre suscetíveis às variações do cenário econômico internacional e do câmbio. O estado do Rio precisa construir uma economia diversificada e forte em muitos setores. A indústria deve voltar a ter papel importante, pois é ela que gera muitos empregos de boa qualidade. Nesse contexto, a cadeia produtiva do petróleo no estado deve ser vista como uma oportunidade de curto e médio prazos para financiar e construir uma nova economia diversificada e baseada na tecnologia e na inovação, que gere empregos verdes, e que seja sustentável. O petróleo deve ser visto, então, como uma ferramenta de transição para a nova economia.

A curto prazo, há grandes oportunidades de investimento para adensar a cadeia produtiva do petróleo. O aproveitamento do gás natural, hoje na maior parte reinjetado nos campos petrolíferos para termelétricas, indústrias siderúrgicas, de fertilizantes, gás, químicas, entre outras, se constitui num grande veio nessa direção. Outro elemento central para o setor será o aproveitamento do COMPERJ (o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, rebatizado como o nome de PoloGasLub), qualificando-o como um novo polo industrial com aproveitamento de energéticos, em especial gás natural, como insumo básico. Hoje a capacidade de refino de petróleo no Estado do Rio de Janeiro é muito reduzida em relação à sua participação na produção de petróleo. Temos 79% das reservas e refinamos apenas 11% do petróleo nacional. É possível maior agregação de valor da cadeia no Estado do Rio de Janeiro, com geração de emprego e renda. A Rota 3 do gás é uma grande oportunidade para revitalizar a área do COMPERJ e ali instalar um condomínio de indústrias que tenham o gás

natural como insumo. Já a Rota 4, entrando por Itaguaí e com o apoio do governo do estado, poderá ser distribuída na Baixada Fluminense, atraindo empresas e gerando empregos qualificados nessa região tão marcada pela pobreza. Oportunidades semelhantes existem para em curto e médio prazos fomentar a indústria naval e de equipamentos de petróleo no estado. O ERJ hoje conta com um Fundo Soberano, alimentado com recursos dos royalties e participações especiais, e destinado aos investimentos socioeconômicos e ambientais. Com esses recursos e outros de diversas fontes poderemos estruturar um grande programa de investimentos públicos e privados em infraestrutura, na indústria e serviços, no rumo do desenvolvimento verde, baseado sobretudo nas empresas de base tecnológica.

O fortalecimento, a integração e a ampliação da infraestrutura logística serão outros pontos decisivos na consolidação desse novo ciclo de desenvolvimento. O Governo do Estado deve acompanhar, junto às agências reguladoras federais e concessionárias de serviço público, a execução dos investimentos previstos, em especial, a construção da nova descida da Serra das Araras, as duplicações da BR-101 (Itaguaí-Mangaratiba e São Gonçalo-Itaboraí), a relicitação do Aeroporto do Galeão e a construção da ligação ferroviária para o Porto do Açu. A nova postura do Governo do Estado será de monitorar e cobrar, mas também de retirar entraves locais para investimentos eficientes e essenciais ao desenvolvimento do estado.

Outra frente importante para a retomada do emprego e da renda são os investimentos previstos na área do saneamento. O Governo do Estado deve fortalecer a regulação técnica por meio da agência reguladora, com o objetivo de apoiar, monitorar e fiscalizar a execução dos investimentos, assegurando o atendimento das metas de universalização.

Esse novo ciclo de desenvolvimento exigirá também do Governo do Estado capacidade de articulação e liderança para pleitear, junto ao governo federal, recursos para a realização de uma carteira de projetos estruturantes nas áreas de transporte, mobilidade e saneamento: implantação da Linha 3 (Itaboraí-Niterói) e Linha 2 (Estácio-Carioca-Praça XV) do metrô; o VLT da Baixada; a conclusão das obras do Guandu (garantindo segurança hídrica aos investimentos); e a requalificação urbana e ambiental previstas no PDUI (os parques lineares do Rio Sarapuí e do Rio Alcantara). O fortalecimento das agências reguladoras será fundamental não só para o ambiente de investimentos no estado, como também para assegurar a melhoria na qualidade de vida da população fluminense.

É imprescindível a organização, no âmbito da AGERIO, de uma unidade de elaboração e gerenciamento de projetos que, junto ao BNDES e às instituições multilaterais, auxiliará o Governo do Estado na contratação de estudos técnicos para a licitação desses empreendimentos. Será fundamental, ainda, implementar junto aos municípios um amplo programa de iluminação pública e conectividade, construindo um estado mais integrado e conectado. A melhoria da conectividade e da infraestrutura tecnológica do estado é uma das prioridades do **Programa Estruturante Desenvolve Rio**. No que se refere às relações internacionais, o governo do Rio de Janeiro deve fortalecer sua área de cooperação integrando suas atividades à estratégia de retomada do desenvolvimento econômico do estado e possibilitando o aumento e a diversificação do comércio exterior, além da retomada de sua vocação pela cooperação internacional.

O **novo ciclo de investimentos**, em especial, nas áreas de óleo e gás, infraestrutura logística, saneamento e transporte, possibilitará a realização de um amplo cronograma de investimentos, capaz de aumentar rapidamente o nível do emprego no Estado do Rio de Janeiro. O reaquecimento da economia fluminense abrirá um período de oportunidade **para novos negócios e desenvolvimento das vocações econômicas** do Estado do Rio de Janeiro. Por esse motivo, o Governo do Estado criará um **Conselho de Novos Negócios**, capaz de mapear oportunidades, promover investimentos e o adensamento das cadeias produtivas, proporcionando o desenvolvimento das vocações da economia fluminense nas áreas de saúde, turismo, tecnologia da informação, audiovisual, indústria têxtil, alimentos e bebidas, agricultura e reflorestamento.

Finalmente, o Rio de Janeiro deve encontrar na agricultura uma das formas de dinamizar suas diferentes regiões, gerando crescimento econômico. O abastecimento alimentar pode ser cada vez mais realizado a partir da produção estadual. Nos últimos anos, os mercados institucionais para agricultura familiar – estimulados por programas federais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – revelaram o papel da agricultura na geração de empregos e renda no interior do estado. Programas estaduais de apoio a agricultores familiares e à agricultura orgânica de bases agroecológicas poderão ser instrumentos para desenvolvimento econômico e sustentável nas diferentes regiões. Uma política de agricultura e alimentação que não privilegie somente o consumo deve contar com órgãos como CEASA e EMATER-Rio, além das unidades da EMBRAPA presentes no estado.

O Rio possui setores com vocações específicas (meio-ambiente, O&G, comunicação, saúde, turismo) que permitem uma competitividade diferenciada ao estado. O novo papel do Governo do Estado será articular atores públicos e privados para destravar essas potencialidades. Os **investimentos públicos**, diretos ou por meio de concessões e parcerias, serão voltados para garantir um ambiente favorável para geração de emprego e renda, propiciando melhoria na qualidade de vida e competitividade da economia fluminense. A **gestão** estadual será organizada para facilitar e estimular a prosperidade dos negócios no estado.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

VER PROGRAMA ESTRUTURANTE DESENVOLVE RIO na abertura deste documento.

- APOIAR A **CONSOLIDAÇÃO E O CRESCIMENTO DO COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE NO RIO DE JANEIRO**: a partir da integração e articulação da ampla base de laboratórios e equipamentos instalados no estado (Fiocruz, BioManguinhos e universidades), vamos apoiar a pesquisa na área da saúde e aumentar a fabricação de medicamentos, vacinas e outros insumos para a saúde pública, criando uma base produtiva para o SUS no estado. Incentivaremos, por meio de editais da FAPERJ e mobilização de recursos federais de C&T, a pesquisa na área de saúde, em parceria com laboratórios de pesquisa públicos, universidades e empresas do setor privado. Além disso, pretende-se desenvolver as infraestruturas intermediárias, com empresas tecnológicas de pequeno porte, para completar os parques tecnológicos e produtivos no Rio de Janeiro e promover o aproveitamento do conhecimento gerado nos laboratórios para o setor produtivo privado. Direcionaremos as compras do estado e do SUS para aquisição de insumos para a saúde (fármacos e outros) desenvolvidos e produzidos no Rio de Janeiro, barateando os custos desse setor em médio e longo prazo. A articulação com o Ministério da Saúde e outros estados da Federação deverá potencializar as capacitações produtivas e inovadoras do complexo da saúde no Estado do Rio de Janeiro.
- **INCENTIVAR O EMPREENDEDORISMO DE BASE ACADÊMICA E IMPULSIONAR A CRIAÇÃO DE ESTRUTURAS INTERMEDIÁRIAS**, como parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras, para transformar em empresas inovadoras a pesquisa em ciência e tecnologia já existente. Criar estruturas intermediárias vinculadas às instituições de pesquisa já existentes e capilarizadas por todo o estado, como FAETEC, Institutos Federais e universidades. Fomentar programas de pesquisa aplicada e criação de Institutos de Ciência e Tecnologia, inclusive para o desenvolvimento de polos científicos e produtivos regionais em locais com boa infraestrutura universitária, como o Norte Fluminense. Por meio dessas instituições de ensino superior e profissional, vamos impulsionar um empreendedorismo de base acadêmica.
- **INICIAR UM MUTIRÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIAS DE PONTA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**: impulsionar a formação em áreas com grande procura por mão de obra qualificada, a fim de atrair empresas e apoiar a execução dos investimentos em setores estratégicos, como o de óleo e gás. A rede das FAETECs e dos Institutos Federais, articulada com o Sistema S, será a base desse mutirão. A identificação das demandas será feita em conjunto com as entidades empresariais do estado.

- **POLÍTICAS DE COMPRAS PÚBLICAS.** O combate à corrupção, a modernização da gestão e a revisão de contratos devem ser acompanhados da implementação de uma política de compras públicas que induza a competitividade e valorize a contratação de trabalhadores e empresas locais, em especial nas áreas da saúde e educação. Essa política deve vir acompanhada de um amplo programa de qualificação profissional, apoio e desenvolvimento de pequenos produtores agrícolas e de incubação e aceleração de empresas, de forma a qualificar os trabalhadores, produtores rurais e empresas ao atendimento da demanda.

- **PROGRAMA DE INCENTIVO À PRODUÇÃO RURAL:** Incentivar a expansão da atividade agrícola no estado a partir do aumento dos investimentos em infraestrutura de escoamento (estradas e CEASA) e ampliação do fomento e apoio técnico ao agricultor. Assegurar a manutenção de estradas estaduais, fortalecer a EMATER e seus escritórios, oferecendo suporte técnico e apoio para o aumento da produtividade. Articular a política de compras públicas às ações de fortalecimento da agricultura familiar no estado ampliando as compras realizadas para alimentação escolar e fornecimento a hospitais e presídios. Incentivar feiras e centros de comercialização de produtos sustentáveis e de produção familiar e criar um circuito ecológico voltado ao bem-estar, à alimentação saudável e ao contato com a natureza, que é uma vocação do Estado do RJ e contribui para a prevenção de doenças.

- **FORTALECER E PROMOVER A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL,** o comércio exterior e a atração de investimentos estrangeiros diretos (IED), bem como a captação ativa de recursos externos, apoiando o desenvolvimento econômico, tecnológico e ambiental do estado. Para tanto, em sinergia com o ESCRITÓRIO DE PROJETOS, a atual Superintendência de Relações Internacionais reconquistará o protagonismo que perdeu na última década, retornando a ser a Subsecretaria de Relações Internacionais, diretamente ligada ao centro de governo (Casa Civil, Gabinetes do Governador e Vice-Governador). A Subsecretaria implementará um PLANO DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS (IED), bem como um PLANO DE CAPTAÇÃO ATIVA DE RECURSOS EXTERNOS.





5

CULTURA E
ECONOMIA
CRÍATIVA

A cultura ocupa um lugar de destaque nas estratégias contemporâneas de desenvolvimento humano, social e econômico sustentáveis. Em suas dimensões econômica, simbólica e cidadã, a cultura gera trabalho e renda, reafirma valores da cidadania, constrói identidades coletivas e contribui para a consolidação da democracia. As maiores economias do planeta vêm investindo na integração entre as políticas culturais e econômicas, estimulando setores criativos como audiovisual, design, moda, turismo etc. Não é possível falar em estratégias de desenvolvimento no século XXI sem reconhecer o papel da economia da cultura.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), nos 15 anos anteriores à pandemia, a economia criativa foi um dos setores que mais se expandiu em todo o mundo, apresentando um salto de mais de US\$ 300 bilhões entre 2002 e 2015. No Brasil, a economia criativa foi responsável pela abertura de 25,5 mil postos de trabalho entre 2015 e 2017, período no qual o mercado de trabalho apresentou queda de 3,7% em todo o país. Atualmente, o setor emprega 7,4 milhões de trabalhadores/as.

Os benefícios proporcionados pelo desenvolvimento de políticas culturais, no entanto, vão muito além de sua dimensão econômica. Um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizado com base em experiências desenvolvidas por diversos países latino-americanos, analisou iniciativas de enfrentamento aos aspectos culturais da violência. Uma das conclusões do diagnóstico publicado no ano de 2012 indica que estratégias de segurança eficazes incluem a adoção de políticas públicas voltadas à promoção de uma cultura cidadã, capazes de aumentar a coesão social e promover valores comunitários. Cultura é cidadania, pertencimento, valorização da diversidade e da alteridade. Políticas culturais promovem sociedades mais seguras.

Portanto, cultura não é acessório, ainda mais em um estado que sempre se orgulhou de ser a principal referência cultural do país. No entanto, os últimos governos do estado reduziram drasticamente o alcance e a relevância das políticas culturais, o que se traduz na diminuição do orçamento e da estrutura da Secretaria Estadual de Cultura. Segundo um levantamento realizado pelo Itaú Cultural, o orçamento anual da cultura no estado sofreu redução de quase R\$ 300 milhões entre 2013 e 2021. O orçamento do ano passado equivale a menos da metade do valor praticado há quase uma década.

A brutal redução dos recursos destinados à cultura compromete a manutenção dos principais equipamentos e políticas públicas do setor. O orçamento do Theatro Municipal, por exemplo, um dos mais emblemáticos equipamentos culturais do país, que chegou a contar com R\$ 95 milhões em 2011 (valores corrigidos pelo IPCA), ficou em torno de R\$ 35 milhões em 2021, a menor dotação orçamentária da década. Como resultado, o Municipal enfrenta graves problemas de manutenção, comprometendo a preservação de seu imenso patrimônio arquitetônico, artístico e cultural. A situação de diversos outros equipamentos culturais do estado não é muito diferente.

Está na hora de virarmos essa página reafirmando o protagonismo do Estado do Rio de Janeiro na promoção dos direitos culturais e na construção da identidade cultural do país. É preciso ampliar o orçamento destinado à cultura, com o objetivo de atingir o percentual de 1,5% da receita, em conformidade com a PEC 15/2003. Devemos também combater as enormes desigualdades em termos de acesso aos bens e equipamentos culturais. Se considerarmos todos os municípios da baixada fluminense, por exemplo, encontraremos apenas três museus, onze teatros e oito centros culturais para atender a uma população de quase quatro milhões de habitantes. A maior parte dos vinte e cinco equipamentos administrados pelo Governo do Rio de Janeiro está localizada na Capital, em especial, no eixo centro-zona sul. O Governo do Estado deve atuar para reduzir essas assimetrias, assegurando o direito à cultura em todo o território fluminense.

A virada na cultura começa com a ampliação do investimento público e envolve o aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo, com foco na descentralização territorial e valorização da diversidade cultural do estado. É preciso ainda ampliar os mecanismos de participação e transparência na gestão cultural do estado e aumentar a colaboração com os municípios no desenvolvimento de políticas públicas nos territórios.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

- Instituir um **PLANO ESTADUAL DE INCENTIVO À ECONOMIA CRIATIVA**, envolvendo diferentes áreas de governo e instituições da sociedade civil, com o objetivo de posicionar o Estado do Rio de Janeiro na vanguarda da inovação em termos de apoio e fortalecimento de empreendimentos criativos. O Plano deve consolidar Distritos Criativos em diferentes regiões do estado com base no mapeamento de oportunidades de negócios e vocações microrregionais; instalar incubadoras e aceleradoras de empreendimentos criativos, oferecendo espaços de coworking e suporte técnico para o desenvolvimento de projetos; apoiar a formação de redes, trocas comerciais, formação e capacitação profissional para empreendedores, produtores, artistas e fazedores de cultura; desenvolver diagnósticos/mapeamentos periódicos dos empreendimentos criativos, analisando seu impacto econômico e social, volume de receitas, indicadores econômicos etc.; e fomentar a criação de fundos de desenvolvimento local com o apoio de instituições de pesquisa, empresas e associações. O Plano deve também instituir uma política específica de editais públicos voltados ao financiamento e fomento ao desenvolvimento de novos projetos em economia criativa. Finalmente, é preciso incentivar o investimento em estratégias de design concebidas enquanto ferramentas de planejamento, diferenciação e inovação de empresas dos setores industrial, comercial e de serviços.
- Criar o **PROGRAMA PERMANENTE DE INCENTIVO E APOIO AO AUDIOVISUAL DO Estado DO RIO DE JANEIRO**, ProCine-RJ, que buscará fortalecer e integrar os elos da cadeia produtiva do audiovisual: capacitação/formação, inovação, produção, distribuição e exibição. O programa deve desenvolver uma estratégia de longo prazo voltada para a formação e a capacitação de pessoas, concedendo bolsas de excelência artística e apoiando experiências de residência, intercâmbio e cooperação internacional. Universidades e centros de pesquisa devem receber incentivos para se aproximarem dos profissionais e empresas que atuam no setor, garantindo suporte técnico e aperfeiçoamento profissional permanente. O programa incluirá ações continuadas e projetos locais de estímulo à formação de público, apoiando atividades cineclubistas e mobilizando a rede pública de ensino. Um projeto de formação e promoção da linguagem audiovisual nas escolas da rede estadual deve ser criado a partir da Secretaria de Educação, retomando e ampliando o Projeto Cinema para Todos. Núcleos regionais de produção em cinema e televisão devem ser instituídos em diferentes regiões do estado. Projetos de extensão das universidades, apoiados por editais específicos, devem amparar a política de descentralização da produção audiovisual. O programa criará linhas de financiamento, em parceria com órgãos públicos e privados, para incentivar projetos inovadores no setor com foco em formação, produção e exibição. A implementação e manutenção de salas de cinema públicas em universidades, escolas e centros culturais também será incentivada, formando um circuito de exibição da produção nacional no estado organizada em parceria com a Ancine e a Rio Filmes. O estímulo à integração com o segmento de games e desenvolvimento de softwares e a construção de um calendário estadual de festivais, em parceria com as cidades, complementam o programa.

- **INSTITUIR UMA POLÍTICA PERMANENTE DE APOIO E INCENTIVO AO CARNAVAL**, considerando suas dimensões econômica, artística e simbólica. Devemos assegurar uma política de Estado para o carnaval, capaz de fortalecer sua cadeia produtiva, melhorar as condições de trabalho e remuneração aos trabalhadores, incentivar novos projetos e estabelecer uma mesa de diálogo permanente que envolva o governo do estado, escolas de samba de todos os grupos, blocos carnavalescos e representações da sociedade. A Secretaria de Estado da Cultura deve organizar (em parceria com setor hoteleiro e de bares e restaurantes, escolas de samba, blocos, veículos de mídia etc.) uma estratégia de longo prazo com o objetivo de potencializar a economia do carnaval, com base em iniciativas que sejam desenvolvidas ao longo do ano, tais como a criação de um museu interativo do carnaval, circuito turístico do carnaval, eventos “fora de época” dentre outras. Outra ação importante é a aproximação entre escolas de samba, blocos etc. e escolas públicas da rede estadual visando a oferta de cursos e atividades de formação em história da cultura afro-brasileira, música, percussão, figurino, design, produção cultural etc.
- **ELEVAR O PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM CULTURA ATÉ O PATAMAR DE 1,5% DAS RECEITAS ESTADUAIS**, fortalecendo e ampliando políticas de democratização do acesso à cultura e valorização da diversidade cultural; promoção e desenvolvimento das diferentes linguagens artísticas; preservação do Patrimônio Material e Imaterial do estado do RJ; fortalecimento e melhoria da rede de museus do estado; manutenção dos equipamentos culturais; formação e aperfeiçoamento da gestão cultural; valorização e promoção do artesanato e da gastronomia do estado; apoio ao carnaval de rua e manifestações tradicionais; cultura digital; formação artística e cultural nas escolas etc.





6

**GESTÃO DEMOCRÁTICA,
TRANSPARÊNCIA,
RESPONSABILIDADES
SOCIAL E FISCAL
E COMBATE
À CORRUPÇÃO**

O Rio de Janeiro enfrenta uma profunda crise econômica e social e é impossível não relacionar o atual cenário à trajetória recente de seus governantes. Todos os últimos governadores eleitos ainda vivos no estado foram presos ou afastados do cargo. Sucessivos escândalos de corrupção revelaram esquemas criminosos de desvio de verbas, que comprometem a qualidade dos serviços públicos e prejudicam a vida dos que mais precisam da ação do Poder Público. Mas, apesar de tudo o que vivemos nos últimos anos, o modelo de governabilidade que está na origem dessa crise vem sendo aprofundado pelo atual governador. Além de facilitar a prática da corrupção, o loteamento político da administração estadual também é extremamente nocivo à gestão das políticas públicas, comprometendo a eficácia e a eficiência da ação governamental.

O Estado do Rio de Janeiro ocupa a vigésima segunda posição na Escala Brasil Transparente organizada pela Controladoria-Geral da União, ficando à frente apenas de Roraima, Pará, Acre, Tocantins e Piauí. A CGU avalia as políticas de transparência ativa e passiva desenvolvidas pelos entes federados. Já no ranking de transparência em ações de combate à covid-19, elaborado pela Transparência Internacional, o estado do Rio ficou na 25ª posição dentre os 27 estados da federação. A falta de transparência também marca o modelo de governança praticado de Sérgio Cabral a Cláudio Castro.

É hora de virar essa página e posicionar o Rio de Janeiro enquanto uma das administrações estaduais mais transparentes, democráticas e eficientes do país, estabelecendo um novo modelo de governança para o estado, referenciado nas melhores práticas de gestão desenvolvidas no mundo. Transformaremos o Governo do Rio de Janeiro em uma referência nacional em termos de transparência e combate à corrupção na administração pública, ampliando a colaboração entre o Governo do Estado e órgãos de controle e fiscalização, em especial, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público. Mas será preciso ainda incentivar a colaboração e a participação da sociedade civil no controle e fiscalização dos serviços públicos, das obras, programas e projetos da administração estadual. Um Gabinete Digital será instituído com o objetivo de coordenar as iniciativas de um governo aberto, que forneça dados e garanta a transparência pública e colaboração no Estado do Rio de Janeiro.

A colaboração, a transparência e o compromisso com a ética pública serão as principais marcas da futura administração pública do estado Rio de Janeiro. Mobilizaremos toda a inteligência instalada no estado – universidades, centros de pesquisa, institutos públicos e privados, organizações da sociedade civil etc. – com o objetivo de desenvolver estratégias, metodologias e plataformas inovadoras. A PRODERJ e o CEPERJ serão duas peças-chave na construção de um modelo de gestão e planejamento contemporâneo, capaz de se tornar uma referência para o país.

O planejamento e o monitoramento periódico das ações públicas são essenciais para o bem-estar da população. A revisão de políticas públicas será feita com respeito aos contratos, à propriedade privada e aos direitos dos indivíduos e das empresas. A responsabilidade fiscal protege e viabiliza a responsabilidade social. A população é quem mais sofre com a falta de disciplina orçamentária. Nesse sentido, é essencial concluir a negociação com o governo federal e observar o plano de recuperação fiscal do estado

A realização de uma reforma administrativa que reorganize a atual estrutura de cargos e distribuição de competências entre as unidades de governo é uma medida essencial para que o Rio de Janeiro possa avançar em termos de planejamento, gestão e transparência na administração estadual. Portanto, assumimos o compromisso com a consolidação de um novo modelo de governança para o Estado do Rio de Janeiro, incentivando uma gestão democrática, transparente, profissional e contemporânea. Além disso um bom planejamento do desenvolvimento econômico, social e ambiental tem que estar fortemente referenciado nos territórios. A identificação dos problemas e potencialidades de cada região do estado será fundamental para organizar um elenco de projetos em sintonia com a realidade de cada região e assumidos pelo governo como missões socioeconômicas e ambientais. Para que isto aconteça será imprescindível a consulta e a participação dos prefeitos, da população, dos empreendedores através de conselhos e de uma estrutura de governo descentralizada que se aproxime ao máximo de cada território. O território do estado está hoje estruturado em 8 regiões: Norte, Noroeste, Serrana, Baixadas Litorâneas, Metropolitana, Centro Sul, Sul Fluminense e Costa Verde. Há muitas formas de organização institucional a partir das cidades de cada região, a mais difundida são os consórcios públicos que organizam as prefeituras em torno de serviços como os de Saúde e de tratamento de resíduos sólidos. O governo Marcelo Freixo estará presente em cada região para promover o desenvolvimento e enfrentar o desafio de superar as desigualdades regionais.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

- **REORDENAMENTO ADMINISTRATIVO:** a reorganização da administração estadual será o ponto de partida para o novo modelo de governança. As atuais secretarias serão reduzidas e reestruturadas de modo a otimizar recursos e reforçar o caráter transversal das políticas públicas e a colaboração entre os diferentes órgãos. Um Escritório de Gerenciamento de Projetos e Metas, diretamente vinculado ao Gabinete do Governador, acompanhará a execução dos principais programas e projetos de governo e trabalhará em regime de colaboração com a PRODERJ e o CEPERJ visando desenvolver plataformas, aplicativos e metodologias de transparência e colaboração da sociedade no planejamento, análise e monitoramento das políticas públicas. Uma estratégia permanente de valorização e qualificação dos servidores, com ênfase em novas metodologias de gestão e transparência, será implementada já nos seis primeiros meses de governo. Também nos primeiros dias da nova administração uma força-tarefa revisará Decretos Estaduais que incidam negativamente sobre a gestão transparente e eficiente de políticas públicas. Finalmente, serão revisados e atualizados os critérios, procedimentos e diretrizes de gestão patrimonial da administração estadual, sempre buscando a racionalização do gasto público.

- **GOVERNO INTELIGENTE E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS DIGITAIS:** vamos integrar os serviços digitais de modo a facilitar, agilizar e melhorar a prestação de serviços ao cidadão fluminense com base em um único canal de entrada para os serviços digitais e cadastros realizados pelos órgãos estaduais. A oferta de serviços ágeis, em plataformas amigáveis, intuitivas e referenciadas na experiência do usuário será uma prioridade do novo governo. Emissão de documentos, certidões, pagamentos, dentre outros serviços, se tornarão mais ágeis e o acesso aos canais de serviço serão facilitados com foco no uso de dispositivos móveis.

- Instituir um **GABINETE DIGITAL** que funcionará como um ambiente de inovação e experimentação democrática, estabelecendo canais de diálogo direto entre o Governo do Estado e a população. Essa unidade coordenará as estratégias de participação social, promoção da transparência, compliance e combate à corrupção, em parceria com a Controladoria-Geral e demais órgãos de controle, que atualmente estão esvaziados, mas serão fortalecidos pelo novo governo. Mecanismos de consulta pública e debate público sobre o orçamento do estado serão desenvolvidos com o apoio de tecnologias digitais e metodologias inovadoras de participação.

- **FORTALECER AGÊNCIAS FISCALIZADORAS E REGULADORAS**, integrando suas funções e articulando as agências existentes (Agenera, Agetransp) a outras estruturas administrativas do estado (DETRO, por exemplo) de forma que elas atuem no efetivo controle e supervisão das concessões nas diversas áreas. A estrutura será modernizada de forma a executar de forma mais ágil, idônea e construtiva suas atividades de regulação e supervisão.





7

MOBILIDADE

O Artigo 6º da Constituição Federal define o transporte público como direito social, sendo esse um item indispensável à plena afirmação da cidadania. Porém, na última década, o Estado do Rio de Janeiro conheceu um retrocesso monumental em termos de garantia desse direito, o que se reflete tanto na qualidade dos serviços, quanto nas condições de mobilidade urbana em geral.

Um levantamento realizado em 2020 pela Moovit mostrou que, dentre todas as Regiões Metropolitanas do Brasil, a do RJ tem a maior incidência de pessoas levando mais de 2 horas para chegar ao destino (10,9%). Para ir e voltar do bairro de Campo Grande ao centro da Capital, por exemplo, pode-se levar mais de 4 horas. Além disso, segundo o PNAD e o Consórcio Quanta-Lerner, a Região Metropolitana tem o maior tempo médio de deslocamento do país, chegando a 67 minutos. Segundo o estudo, 1/3 das pessoas leva entre 1 e 2 horas para chegar ao destino. Outro levantamento, produzido com base no funcionamento das empresas de ônibus em 22 cidades que compõem a mesma região (Mapa da Desigualdade 2020), encontrou resultados semelhantes: o Rio de Janeiro tem o pior tempo de deslocamento médio casa-trabalho das regiões metropolitanas do país. O impacto na qualidade de vida do cidadão fluminense tem sido brutal e a degradada e precária rede de transporte público é a principal responsável por isso.

Para piorar o quadro, o Governo do Estado se omite no financiamento dos serviços, onerando injustamente o cidadão via tarifa de transporte. Em Japeri, Nova Iguaçu, Baixada, Santa Cruz e na Capital, gasta-se em média mais do que 1/3 da renda própria em transporte. Ônibus e vans intermunicipais, vindos da Baixada ou São Gonçalo, até o Centro do Rio, chegam a custar mais de 20 reais. A tarifa do metrô, R\$ 6,50, é a mais cara do Brasil e os trens urbanos, hoje em R\$ 5, podem vir a custar R\$7. Não há integração nem coordenação dos transportes na Região Metropolitana e os diferentes modos competem entre si pelo passageiro, contrariando boas práticas recomendadas a qualquer metrópole desse porte. O Bilhete Único Intermunicipal também é caro, custando R\$ 8,55 para usar apenas 2 meios de transporte.

Os trens urbanos, que poderiam constituir verdadeiras “artérias” para desenvolvimento socioeconômico da Zona Norte, Zona Oeste e Baixada, em função de sua enorme extensão (270 km, 11 municípios, 102 estações), estão abandonados e operam com atrasos, interrupções e paralisações recorrentes, além de um alto índice de mortes. Segundo a Casa Fluminense, os trens já chegaram a registrar cerca de uma morte por semana, em geral por atropelamento. O serviço dos trens urbanos é desconfortável, irregular e demorado, ou seja, marcado pelo desrespeito para com o cidadão.

Os ônibus no estado, tanto em linhas municipais quanto nas intermunicipais, em geral, operam de forma precária, mas absorvem a maior parte dos passageiros dada sua capilaridade. O atual Governo do Estado também se omite em organizar e integrar os diferentes meios de transporte, o que cria um círculo vicioso que derruba a qualidade e sobrecarrega o bolso de trabalhadores, estudantes e empresas. A pandemia agravou esse quadro, ao reduzir a quantidade de passageiros e, conseqüentemente, as receitas, dificultando ainda mais o funcionamento.

As causas do desajuste da mobilidade no Estado do Rio de Janeiro são conhecidas: os diferentes meios de transporte competem entre si de forma predatória, ao invés de funcionarem de forma sinérgica, integrada e eficiente, coordenados pela autoridade do Governo do Estado, em linha com o que se recomenda em boas práticas já implementadas com sucesso em metrópoles no mundo inteiro. Com uma Secretaria, cinco empresas públicas e uma agência reguladora à disposição, a administração estadual atualmente não consegue exercer o papel de integradora e coordenadora do sistema. O governo deveria ter um papel mais ativo na governança e formulação de políticas públicas, fiscalização e controle da mobilidade em um estado que hoje precisa de uma urgente e profunda reforma institucional.

A atual política de subsídio é insuficiente, pois gasta-se em torno de 400 milhões ao ano, enquanto apenas a Prefeitura de São Paulo, sem contar com o Governo do Estado, aporta mais de 2 bilhões ao ano ao sistema local. Temos uma política mal direcionada, privilegiando os ônibus em detrimento dos meios de alta capacidade, como trens, metrô e barcas. Ademais, as concessões desses meios de transporte público funcionam sem uma supervisão pública adequada e com baixos investimentos, estimulando uma gestão individualizada de cada modo, acumulando desequilíbrios históricos e operando sem transparência e compromisso com o bem-estar da população.

A superação desse quadro pressupõe uma real mudança de postura do Governo do Estado, que deve assumir seu papel de coordenador e integrador do sistema de mobilidade. O caminho é conhecido e já foi aplicado em outras metrópoles mundo afora. Com o adequado planejamento do transporte intermunicipal, ferroviário e metroviário, que cabe ao estado, e a contribuição de mecanismos como PPPs e concessões, sob a regulação e fiscalização de agências qualificadas, equipadas e efetivamente independentes, é possível assegurar a mobilidade confortável da população, especialmente na região metropolitana.

No Rio de Janeiro há uma concentração de certos perfis de usuários (principalmente trabalhadores) em determinados horários e os modos de transporte mais bem avaliados e que conseguem comportar o maior número de passageiros, como barcas e metrô, possuem capilaridade insuficiente, com pouco investimento público até o momento. O trem, apesar de ser um modo que comporta grande número de passageiros, também não está recebendo o investimento adequado ao seu potencial e sua capacidade já instalada, o que explica sua avaliação negativa pelos usuários. Os problemas que mais pesam hoje para o cidadão são, em primeiro lugar, o deslocamento (demora da viagem, a pontualidade e o tempo de espera) e, em segundo, o preço das passagens. Com uma política de investimento adequado, coordenação e gestão da mobilidade, em diálogo com outras políticas públicas ligadas principalmente ao meio ambiente, à educação e ao trabalho, será possível melhorar enormemente a qualidade do transporte público no Estado do Rio de Janeiro.

É preciso reduzir as tarifas para atrair passageiros e criar um ciclo virtuoso de melhoria para todos, especialmente para as classes que mais sofrem diariamente com o preço das passagens, com o desconforto da viagem e com as horas perdidas entre ida e volta do trabalho (principalmente as classes C, D e E). Tarifas caras, serviços ruins, modais pouco

integrados e um sistema de gratuidade insuficiente geram um aprofundamento da recessão econômica no estado, pois o orçamento das famílias que ganham até 3 salários mínimos (cerca de 55 % da população do estado) se vê profundamente comprometido com gasto em transporte.

A situação para quem usa carro também é ruim nas vias mais importantes da Capital, como, por exemplo, a Av. Brasil, frequentemente congestionada com obras sempre não concluídas. A região de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, muito populosa e sem transporte de alta capacidade como trem ou metrô, sofre com congestionamentos. Outras regiões do litoral, como as regiões Norte e dos Lagos, também são prejudicadas por gargalos no trânsito e dificuldade de circular entre as cidades. No interior, o morador sofre com o alto custo do transporte entre as cidades (Costa Verde) e com o isolamento (Região Noroeste).

É possível alterar esse quadro num período relativamente curto de tempo, mas para isso é preciso coragem para fazer diferente, capacidade de gestão, diálogo e profissionalismo. Contudo, com as máfias que governam o estado há mais de uma década, não sairemos dessa situação. A virada nos sistemas de transporte e na mobilidade urbana é urgente e necessária para a retomada do desenvolvimento econômico do estado. Além da implementação do Programa Estruturante Rio Integrado apresentamos as seguintes soluções para a mobilidade no Estado do Rio de Janeiro:

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

VER PROGRAMA ESTRUTURANTE RIO INTEGRADO na abertura deste documento.

- Instituir um **NOVO MODELO DE GESTÃO DA MOBILIDADE**, com ampla modernização institucional, revisão e racionalização da estrutura atualmente existente (Secretaria de Transportes, AMTU, RioTrilhos, Central, Coderte, Detro) visando o fortalecimento da capacidade pública de planejamento, formulação de projetos de infraestrutura, concepção, supervisão e fiscalização de concessões e regulação. Essa proposta deverá envolver e integrar também o Instituto Rio Metrópole e prefeituras e, em particular, a prefeitura da Capital, que tem grande centralidade na matéria. Vamos criar mecanismos efetivos de coordenação e integração do setor promovendo uma profunda transformação institucional. Uma das medidas a serem adotadas é a ampliação dos aportes orçamentários que poderão aproveitar o arcabouço existente do Fundo para Operação e Melhoria dos Transportes Coletivos Metropolitanos (FOM). Vamos trabalhar também em um **Novo Plano Diretor de Mobilidade Urbana**. O Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDTU) deve ser atualizado em um novo formato que preveja ações de incentivo à implantação de veículos não poluentes para os serviços coletivos.
- Implementar em caráter emergencial, já no primeiro ano de governo, um **PLANO EMERGENCIAL DE MOBILIDADE**, com ampla articulação com concessionários e operadores privados e ampliação dos investimentos públicos no setor para praticar os seguintes compromissos: redução do tempo de viagem nos trens, com retomada mais frequente das linhas expressas em todos os ramais; garantia de continuidade do serviço das barcas em caráter emergencial; articulação com operadores privados para garantia de aumento dos investimentos em manutenção de trens e ônibus, com formulação de metas concretas e monitoráveis para zerar paralisações, reduzir atrasos e reduzir intervalos; garantia de previsibilidade de horários e de esclarecimento aos cidadãos usuários sobre linhas em funcionamento, atrelando tal medida ao início da implantação de um sistema de monitoramento por GPS em particular nos ônibus; e disponibilização dessa informação em tempo real ao cidadão usuário, por aplicativo, e também ao poder público. Vamos articular com operadores privados para implantar tais medidas emergenciais de melhoria também para os usuários de ônibus no Interior e no Litoral, além de buscar a ampliação das políticas de integração e desconto em tarifa.

- **REDUZIR O CUSTO DA TARIFA PARA QUEM MAIS PRECISA** a partir de uma ampliação do subsídio aportado ao sistema dos atuais 400 milhões de reais para ao menos 1 bilhão de reais ao segundo ano de governo, com progressiva expansão desse valor nos anos seguintes, conforme disponibilidade orçamentária. Esse incremento no subsídio será acompanhado da implementação de um mecanismo de bilhetagem digital pública, garantindo controle público, transparência e adequado custo-benefício sobre todo recurso gasto. Fortalecer o **Bilhete Único Intermunicipal**, a partir das seguintes medidas:

- Facilitar o acesso ao Bilhete Único, expandindo a utilização do Bilhete dos atuais cerca de 400 mil passageiros/dia para pelo menos 700 mil passageiros/dia;
- Implantar uma nova modalidade de **Bilhete Único Solidário** (com base em estudo de viabilidade econômica) garantindo a gradação de benefícios, desde viagens gratuitas até viagens com desconto, a pessoas em situação de pobreza e desempregados a partir de critérios adequados de focalização. Para isso será necessário fortalecer Cadastro Único dos Programas Sociais do Estado e integração entre a Secretaria de Assistência Social e de Mobilidade;
- Implementar uma política de desconto na tarifa específica para quem faz apenas uma viagem de metrô ou trem, garantindo a progressiva priorização, na destinação do subsídio, aos meios de alta capacidade;
- Reduzir o custo do Bilhete Único Intermunicipal para uso de 2 modos de R\$ 8,55 para R\$ 7,00;
- Realizar estudo de viabilidade econômica com o objetivo de integrar programas já existentes nos municípios e implementar um **Bilhete Único Estudantil** destinado a estudantes de baixa renda.





8

COMBATE À FOME
E À POBREZA
E POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atualmente, mais de 2,7 milhões de pessoas passam fome no Estado do Rio de Janeiro. Entre 2018 e 2022, a fome quadruplicou no território fluminense segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar. O estado possui também o pior nível de desigualdade de renda da região Sudeste. Além disso, com uma geração de empregos com carteira assinada abaixo da média nacional, somos também os recordistas em informalidade: mais de 3,6 milhões de trabalhadores fluminenses estão no mercado de trabalho informal. O quadro se torna ainda mais dramático em virtude do avanço do desemprego que, no estado, atinge um milhão e duzentas mil pessoas, mantendo níveis significativamente superiores à média nacional. A fome e a miséria avançam no Estado do Rio de Janeiro penalizando, em especial, as mulheres e a população negra.

O Governo do Estado tem se omitido em suas responsabilidades relativas ao enfrentamento à fome e à pobreza. Há, pelo menos, 300 mil pessoas a serem incluídas no programa Supera Rio e o Aluguel Social, benefício concedido àqueles que não possuem moradia ou foram retirados de áreas de risco, oferece valores abaixo do mínimo necessário à conquista de condições do direito à habitação. Na última década, a maioria dos Restaurantes Populares foi fechada ou municipalizada devido à falta de repasses por parte do Executivo Estadual. A crise econômica agrava a crise social, contribuindo com o aumento da desigualdade social.

O Governo do Rio de Janeiro deve assumir suas responsabilidades na superação desse quadro, combatendo a fome e a miséria a partir de uma estratégia consistente de desenvolvimento humano e social, referenciada em políticas bem-sucedidas como aquelas implementadas durante o governo do ex- Presidente Lula. A integração entre as políticas econômicas e de desenvolvimento social deve orientar as ações de governo voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e pobreza, com foco naqueles que mais precisam. É preciso assegurar, também, a participação ativa dos movimentos e organizações da sociedade civil no desenvolvimento de políticas de assistência social, firmando um grande pacto pela superação da miséria e da fome no Estado do Rio de Janeiro.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

VER PROGRAMA ESTRUTURANTE DE ENFRENTAMENTO À FOME E À POBREZA EXTREMA na abertura deste documento.

- ERRADICAR A EXTREMA POBREZA DO Estado NOS PRÓXIMOS 4 ANOS, ampliando o Supera Rio, em parceria com o governo federal, e integrando políticas públicas de assistência social, saúde, educação e geração de emprego e renda em territórios com altos índices de vulnerabilidade social. É preciso ampliar o alcance e os valores oferecidos pelo programa, acrescentando o equivalente a R\$ 60,00 às famílias para cada criança ou adolescente matriculado em escolas regulares ou técnicas. Para integrar as políticas de transferência de renda às ações de geração de emprego e renda, vamos instituir uma bolsa de capacitação adicional de R\$ 200,00 ao mês, voltada aos beneficiários do Supera Rio que estejam frequentando ensino regular ou curso técnico e profissionalizante. O objetivo é garantir a permanência desse público mais vulnerável em sala de aula, reduzir a evasão e melhorar os níveis de aprendizagem, além de garantir a integração com a **Rede de Oportunidades** a ser instituída pelo Governo do Estado (descrição abaixo).
- **CRIAR UMA REDE DE OPORTUNIDADES** para os adolescentes que estejam cursando o Ensino Médio ou cursos técnicos e profissionalizantes, a partir da rede estadual (incluindo as FAETECs) e em parceria com o Sistema S e a Educação de Jovens e Adultos (Enceja). Essa rede será composta por vagas de estágio e emprego criadas a partir da dinamização econômica do estado, com atração de setores e planos específicos de desenvolvimento para cada região a partir do mapeamento das potencialidades locais, alinhando a estrutura dos cursos à oferta das vagas de forma a garantir as contratações. Vamos criar, em parceria com a Secretaria de Educação e Desenvolvimento, uma instância de acompanhamento ativo desses vínculos, visando garantir a permanência e o desenvolvimento pessoal desses jovens.
- Valorizar os profissionais do SUAS e fortalecer a rede socioassistencial. Vamos fortalecer a gestão do Cadastro Único dos Programas Sociais como uma das ferramentas de integração das ações de governo. Vamos melhorar as condições de trabalho dos profissionais do SUAS e garantir cofinanciamento aos municípios, através do Fundo Estadual de Assistência Social. Vamos também melhorar as condições prediais dos CRAS e CREAS e da rede de serviços da Assistência Social (Abrigos, casa de passagem, instituições de longa permanência), visando o fortalecimento da rede.





9

**DIREITOS HUMANOS,
DIVERSIDADE,
IGUALDADE RACIAL
E DIREITOS
DAS MULHERES**

As mulheres representam 53,92% do eleitorado fluminense, o segundo maior percentual entre os estados brasileiros, mas, apesar disso, a atual administração estadual promoveu um brutal esvaziamento das políticas destinadas à afirmação dos direitos das mulheres no estado. Em 2021, foram executados apenas 0,56% do irrisório orçamento da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres (SSPM), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH). A enorme desatenção do atual governo em relação a essa agenda contrasta com a dura realidade enfrentada pelas mulheres fluminenses. O Dossiê Mulher de 2021, do Instituto de Segurança Pública, revela um dos aspectos mais cruéis dessa realidade: em 2020, 78 feminicídios foram consumados, além de outras 270 tentativas, no Estado do Rio de Janeiro. Das 78 vítimas de feminicídio, 52 eram mães e quase 20% desses feminicídios foram presenciados pelos filhos e filhas. Os companheiros ou ex-companheiros representam a maioria dos autores dos crimes. As mulheres negras são a maioria das vítimas, apesar das estatísticas oficiais oferecerem poucas informações sobre a cor das vítimas da violência sexista.

No mercado de trabalho, apenas 25% dos cargos de decisão e gerência dentro das empresas são ocupados por mulheres, sendo inexpressivo o número de mulheres negras. Nas empresas públicas instaladas no Rio de Janeiro o quadro se repete. Mesmo as mulheres representando o maior número de concursadas, os cargos de chefia ainda pertencem aos homens. A retomada de uma estratégia estadual de afirmação dos direitos da mulher, que se realize por meio de um amplo conjunto de ações e políticas públicas coordenadas pelo Governo do Estado, é urgente.

No Brasil, a chance de uma pessoa negra ser assassinada é 2,6 vezes superior a de uma pessoa não negra. Dados da pesquisa Atlas da Violência 2021 mostram que a taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros, em 2019, foi de 29,2, enquanto a da soma dos amarelos, brancos e indígenas foi de 11,2. As vítimas da violência no Estado do Rio de Janeiro têm cor e endereço: os negros e os mais pobres formam a maioria das vidas perdidas de forma violenta. Do total de pessoas mortas por ações policiais no Rio, 86% são negras. É dramático constatar que a vitimização de crianças tem se tornado cada vez mais comum nesse cenário de falência das políticas de segurança. Casos como o do menino João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, baleado dentro da casa da tia, em São Gonçalo, ou o da menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, morta por um policial quando voltava para casa com a mãe, evidenciam a urgência de ações e políticas concretas que contribuam para assegurar a nossas crianças, adolescentes e jovens negros e negras o direito fundamental à vida e ao exercício pleno da cidadania.

A intolerância religiosa é outra expressão inaceitável do racismo, devendo ser combatida pelo Poder Público por meio de políticas públicas efetivas de promoção da diversidade e da liberdade religiosa. Em 2020, foram registrados 23 casos de ultraje religioso no Estado do Rio de Janeiro. Mas, considerando o total de Delegacias da Secretaria de Polícia Civil, foram 1.355 registros de ocorrência de crimes que podem estar relacionados com atos de intolerância religiosa, cerca de mais de 3 casos por dia.

A população LGBTQUIA+ também sofre com a violência e a ausência de ações que garantam vida digna e segurança para todos/as cidadãos fluminenses. A única política pública efetiva em âmbito estadual são os Centros de Cidadania LGBT do Estado do Rio de Janeiro, criados ainda na segunda metade da década de 2000. É muito pouco para um estado que se pretende inclusivo, democrático e acolhedor da diversidade. O Brasil é signatário de compromissos e tratados internacionais que preconizam a igualdade de direitos entre seus cidadãos e a proteção contra toda forma de discriminação. Vivemos um tempo de enormes retrocessos em âmbito nacional e programas como o Programa “Brasil Sem Homofobia” foram interrompidos. É preciso transformar o Rio de Janeiro num estado comprometido com a proteção dos direitos e a garantia de uma vida digna e segura à população LGBTQUIA+.

As pessoas com deficiência igualmente estão longe de receber, por parte do Executivo Estadual, a atenção necessária à plena afirmação de seus direitos no Estado do Rio de Janeiro. Apesar de o Brasil possuir uma das legislações mais avançadas na garantia do exercício da cidadania das pessoas com deficiência, a administração estadual vem demonstrando baixo interesse em posicionar o Rio de Janeiro entre os estados mais inclusivos e acessíveis do país. Segundo o IBGE, o estado possui 24,4% de sua população com algum tipo de deficiência - mais de quatro milhões de habitantes, considerados os números atuais. A deficiência mais frequente é a visual, seguida da motora, da auditiva e da intelectual. O alto índice de desemprego e a diminuição do poder aquisitivo têm provocado o aumento da fome e da vulnerabilidade da população, em geral, incidindo de forma ainda mais dramática sobre as pessoas com deficiência que, historicamente, já enfrentam o estigma de exclusão e invisibilidade no acesso às políticas públicas.

A defesa dos direitos das mulheres, dos negros e negras, de pessoas com deficiência e da população LGBTQUIA+ é um pressuposto para a afirmação plena da cidadania e dos direitos assegurados na Constituição a qualquer cidadão. A intolerância, o ódio e a perseguição a populações historicamente marginalizadas não farão do Brasil um lugar melhor para ninguém. A defesa dos Direitos Humanos é a defesa da vida, da democracia e da liberdade, sendo um compromisso de todo cidadão e cidadã verdadeiramente comprometidos(as) com um futuro de desenvolvimento para o Rio de Janeiro e para o país.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

- Instituir um **PLANO ESTADUAL INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**, criando e/ou ampliando equipamentos ou serviços de atendimento à mulher em situação de violência (Casa Abrigo Lar da Mulher, CIAM Baixada, CIAM Marcia Lyra e CIAM Queimados) e promovendo formação e treinamento de profissionais das áreas da saúde, segurança pública, assistência social e educação. O plano, a ser desenvolvido em permanente diálogo com a sociedade, deve incluir ações de apoio econômico e formação profissional a mulheres vítimas de violência como forma de garantir sua independência financeira e (re) inserção no mercado de trabalho.
- Implementar um **PROGRAMA ESTADUAL DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES (AS), com foco nas leis 10.639 e 11.645**, em parceria com instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil, artistas, produtores culturais, escolas de samba etc.,
- Instituir um **PLANO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA** que inclua, de forma permanente, a realização de atividades educativas e de formação nas escolas públicas do estado. Instituir programas de formação/qualificação de jovens empreendedores (as) negros (as), incluindo as especificidades das comunidades negras tradicionais (quilombolas e comunidades de terreiros) e rurais, com prioridade ao atendimento de jovens negras vítimas de violência doméstica e familiar.
- **ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQUIA+**: garantir atendimento humanizado nas Delegacias de Polícia à população LGBTQUIA+, bem como nas abordagens do policiamento ostensivo; produzir dados confiáveis acerca dos casos de violência por LGBTfobia; capacitar os profissionais de segurança para o registro e a notificação adequados de crimes de LGBTfobia; garantir a integridade física e o tratamento específico para a população LGBTQUIA+ no Sistema Prisional; promover e assegurar o acesso e permanência no sistema educacional da população LGBTQUIA+ em todos os níveis e desenvolver ações de formação profissional, em especial, para pessoas trans com dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal.
- **AMPLIAR A PRESENÇA NAS ESCOLAS DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DE ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**, com a presença de professores proficientes em Libras, intérpretes de Libras, assistente educacional surdo, cuidador e/ou mediador, revisor e transcritor do sistema Braille, profissional de orientação e mobilidade, psicopedagogos, pedagogos especialistas em deficiências sensoriais, intelectuais, físicas e os formados para tecnologias assistivas, além de profissionais regentes de turma. Somado a isso, aumentar a oferta de educação profissionalizante e EJA para PCDs em todos os turnos; ampliar o acesso a órteses, próteses e materiais especiais necessários aos cuidados e à reabilitação das pessoas com deficiência, criando oficinas especializadas em confecção e manutenção de órteses e próteses; aumentar a presença de equipes multiprofissionais no SUS incluindo atuação intersetorial para diagnóstico e atendimento às pessoas com autismo em todas as faixas etárias.





10

PACTO VERDE
PARA O RJ
(MEIO AMBIENTE,
SANEAMENTO E
HABITAÇÃO)

Segundo os dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do Observatório do Clima, o Estado do Rio de Janeiro hoje é responsável por 3,3% da emissão bruta de CO₂ do país, estando na 12ª posição do ranque nacional. Em trinta anos (1990-2020) a pegada de carbono do estado aumentou 223,3%, passando de 31 para 72 milhões de toneladas de CO₂ emitidas (MtCO₂e).

De todas as principais fontes de emissão de gases de efeito estufa (GEE) no Rio de Janeiro, 66% derivam do setor energético, dos quais mais da metade é resultado da produção de combustíveis; 16% vêm da produção de resíduos, dos quais 82% são resíduos sólidos; 8% advêm de processos industriais, dos quais a produção de metais incide em 80,9%; 8% da agropecuária, em especial da fermentação entérica (82,5%), causada pelo processo digestivo animal; e a alteração do uso do solo, responsável por 2% das emissões totais.

Nos últimos trinta anos (1990-2020), os únicos setores de atividade que tiveram uma participação significativamente crescente nas emissões de GEE foram o energético (+480,4%) e o de produção de resíduos (+370,5%), enquanto os processos industriais, entre 2014 e 2020, (com exceção do período entre 2009-2013, quando houve um incremento de 204%) decresceram a um nível inferior ao de 1990, representando uma queda de 80,9%, causada pela recessão e um insuficiente incentivo à indústria no estado.

Esse panorama torna prioritária uma intervenção de longo prazo nos setores que mais participam das emissões de GEE no estado, com o objetivo de combater a emergência climática, já que o Rio de Janeiro é um estado particularmente vulnerável a desastres ambientais, tanto pela sua geografia quanto pelo clima e pela urbanização. De fato, segundo dados do SES-RJ no Mapa da Desigualdade (2020), no Estado do Rio de Janeiro ocorrem mais 66% das mortes por desastres ambientais de todo o país.

O recente, e não inédito, desastre em Petrópolis de 2022, que resultou na morte de 233 pessoas e no desaparecimento de outras 685, revela todo o sofrimento ao qual o Rio de Janeiro está submetido por não investir o suficiente em programas de aumento da resiliência no estado.

Os desastres recorrentes na Região Serrana demonstram que a emergência climática deve ser abordada não apenas como uma crise ambiental, mas também econômica e social. O seu enfrentamento deve incluir políticas de mitigação, adaptação e resiliência, que promovam uma transição justa, bem como a garantia de direitos sociais e o reconhecimento de que as populações que menos contribuem para o aquecimento global são as que mais sofrem os efeitos de eventos extremos e desastres ambientais, com impactos diferenciados e mais profundos em função de fatores como classe, gênero e raça, devido a fenômenos como o racismo e a ausência de justiça ambiental.

Além dos municípios da Região Serrana, a Capital, Paraty e Angra dos Reis também se destacam pela alta incidência de eventos meteorológicos extremos. Por sua vez, outros apresentam elevada vulnerabilidade no quesito da saúde, como a Capital, Nova Iguaçu,

Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes e Angra dos Reis, especialmente pela alta incidência de dengue.

Segundo a Rede de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Urbanas, a Capital do estado é a mais vulnerável em toda a América do Sul aos efeitos do aquecimento global. Além disso, segundo o Instituto Igarapé, boa parte da cidade corre o risco de se tornar inabitável por causa da elevação do nível do mar e das temperaturas. Em lugar de tornar a cidade do Rio de Janeiro sempre mais à prova de impactos climáticos, a política local continua optando pelo aumento do uso do cimento, do tijolo e do aço. De fato, nos últimos 80 anos a população da cidade triplicou, em boa medida graças a processos migratórios, gerando superlotação e déficit habitacional. As populações mais vulneráveis às consequências das mudanças climáticas são as de baixa renda, representando aproximadamente 7 milhões de habitantes apenas na Capital e 13,5 na Região Metropolitana.

Embora a redução de florestas contribua com apenas 2% das GEE do estado, o crescimento desorganizado da urbanização, a extensão excessiva de áreas de concreto e a redução de árvores estão gerando ilhas de calor e áreas sensíveis a enchentes e deslizamentos de terra. Assim, o calor escaldante, a erosão costeira, o aumento das inundações e a baixa cobertura vegetal já estão tornando áreas de baixa renda do Rio de Janeiro inabitáveis, como na Região Metropolitana. Embora áreas de alta renda tendam a experimentar temperaturas menos intensas, isso pode mudar em breve.

Apresentada no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ em 2022 sobre mudanças climáticas e desenvolvimento econômico, uma pesquisa qualitativa que analisa as percepções da população da Região Metropolitana evidencia que as preocupações com as questões climáticas são significativas, embora não tenham conhecimento sobre como solucionar o problema. De fato, esses são desafios que demandam um esforço coletivo mediado e impulsionado pelo Estado do Rio de Janeiro, em sinergia com os municípios, com o Governo Federal, com organizações da sociedade civil, organismos internacionais e iniciativa privada.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

- Implementar com urgência o **PLANO RIO RESILIENTE**, em parceria com centros de pesquisa e municípios para promover adaptação, resiliência urbana, prevenção de enchentes, desabamentos e outros desastres ambientais, priorizando populações em vulnerabilidade socioambiental.

- **TORNAR O RIO DE JANEIRO UM Estado REFERÊNCIA EM ECONOMIA VERDE**, fomentando a sinergia entre empresas, centros de pesquisa e organizações internacionais, mediante a implementação de uma estratégia de promoção da Economia Sustentável. Esse projeto transformará gradualmente o estado no principal polo de pensamento e serviços voltados à economia sustentável do Brasil e um dos maiores da América Latina, para tanto pretendemos:
 - Implementar a Bolsa de Ativos Ambientais, segundo o acordo já assinado com a Nasdaq e a Global Environmental Asset Platform (GEAP), para a criação de uma plataforma de negociações, compra e venda de créditos de carbono e ativos sustentáveis. Fomentar o aprofundamento das atividades da Bolsa para que se ofereça produtos e soluções financeiros para toda a economia sustentável;
 - Desenhar soluções de baixo custo, em parceria com empresas e prefeituras, para intervir eficazmente com urgência nas ilhas de calor;
 - Desenhar e fomentar a implementação de soluções de redução e reaproveitamento de resíduos sólidos, bem como biodigestores comunitários e a produção e adoção de biogás em áreas de baixa renda. As ditas soluções deverão ser desenhadas também para integrar zonas de todas as faixas de renda, gerando um ciclo virtuoso de reaproveitamento e fomentando novos setores econômicos voltados para a reciclagem;
 - Desenhar e incentivar a implementação de soluções de redução de GEEs na siderurgia.

- Em parceria com municípios e Governo Federal, em sinergia com as políticas de moradia e redução do déficit habitacional, implementar o PROGRAMA RIO BEM VIVER, através do qual serão criadas linhas de crédito e incentivos para fomentar a eco-restauração, como telhados verdes em bairros de baixa renda, corredores verdes e métodos de reforma e construção de imóveis que contribuam para a redução do aquecimento global. O mesmo programa oferecerá incentivos específicos e linhas de crédito a prédios comerciais e residenciais para a reutilização da água e à instalação de telhados verdes nos prédios. Finalmente, serão destinados fundos de pesquisa e de formação de nível técnico para empresas, profissionais e cientistas do estado, com o objetivo de tornar a eco-restauração um setor econômico de excelência no Rio de Janeiro.

- Implementar um **PROGRAMA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, com o objetivo de conscientizar a opinião pública, desde o ensino básico ao ensino superior, mediante conteúdos e eventos com e nas escolas e universidades. É fundamental transversalizar o tema, no sentido que não se pode pensar apenas em propostas de cima para baixo, pois as soluções de combate às mudanças climáticas devem ser construídas conjuntamente, aproveitando práticas, dinâmicas e conhecimento prévio das comunidades sobre os territórios. O foco deve ser dotar as populações de novos instrumentos teóricos e práticos para que possam contribuir com soluções concretas aos problemas climáticos. É preciso formar agentes de transformação para que façam parte da solução.
- Promover um **PACTO ESTADUAL PELA RECUPERAÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA**, estabelecendo metas, prazos e as responsabilidades para sua despoluição, a partir de um Comitê Técnico dentro da Câmara Metropolitana, articulando poder público, Comitês de Bacia, setor privado e sociedade civil. Promover a recuperação da orla marítima com programas de urbanização dos loteamentos nas margens, proteção de ecossistemas e fomento à prática esportiva, turística e pesqueira. Restauração de 5 mil hectares de matas ciliares dos rios da região leste da Baía de Guanabara – o maior projeto de restauração florestal da história do Rio de Janeiro, iniciativa alinhada ao esforço internacional da comunidade científica global, capitaneado pela ONU (PNUMA e FAO), referente à Década de Restauração de Ecossistemas (2021-2030) com potencial de geração de mais de 30 mil empregos diretos.
- **INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE EMPREGOS VERDES**, priorizando investimentos e capacitação profissional em setores econômicos estratégicos, como geração local de energia renovável, ônibus elétricos, habitações sustentáveis, saneamento básico, agroecologia urbana, economia circular e reaproveitamento de resíduos, bem como ampliar a arborização urbana, o reflorestamento e a criação de parques verdes.
- Formalizar, por meio de Lei específica, a criação efetiva do Conselho Estadual de Meio Ambiente, **CONEMA**, de acordo com previsão constitucional referente à criação deste importante órgão colegiado, assegurando participação efetiva da sociedade e a publicidade de seus atos para garantia do controle social das políticas públicas ambientais no Rio de Janeiro.
- Instituir um Programa Estadual de Alimentação Saudável que incentive a revisão de cardápios e hábitos alimentares nos equipamentos públicos (hospitais, escolas, universidades etc.) e a substituição progressiva dos alimentos ultraprocessados por produtos livres de agrotóxico.



10.1. SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Moradia e saneamento de qualidade são direitos indispensáveis ao pleno exercício da cidadania. O Estado do Rio de Janeiro vive hoje uma preocupante situação de déficit habitacional (cerca 481 mil moradias), que envolve não apenas a falta de residências, mas também o comprometimento de mais de 30% da renda familiar para custeá-la. Situação agravada pela existência de um enorme contingente de unidades habitacionais inadequadas no que se refere a construção, localização, risco de enchentes e desabamento, falta de ou difícil acesso a serviços como educação, saúde, iluminação pública, luz elétrica, gás de rua, telecomunicações, segurança, coleta de lixo, rede de esgoto, água potável, transporte, segurança alimentar, cultura, bem como outros serviços privados e comércio.

Observa-se uma crescente segregação da população de até 3 salários mínimos mediante processos de gentrificação e especulação imobiliária, agravada pelo empobrecimento sistemático da população fluminense, em virtude do desemprego, subemprego, informalidade e inflação. A falta de planejamento e políticas públicas de longo prazo, em cooperação com municípios e governo federal, vem deteriorando as condições habitacionais dos cidadãos no Estado do Rio de Janeiro e negando o acesso à moradia digna a um número crescente de cidadãos.

Embora as necessidades habitacionais afetem praticamente todos os municípios do Rio de Janeiro, é na Região Metropolitana que o déficit se intensifica e se soma aos cerca de 1,6 milhão de domicílios inadequados, improvisados, rústicos etc.

Para além das condições das moradias já construídas, um dos elementos centrais no debate sobre as políticas habitacionais diz respeito ao acesso à terra e à questão da irregularidade da moradia popular. Os princípios constitucionais e os direitos sociais e fundamentais, a Constituição Federal, o Plano Diretor, o Estatuto da Cidade e a Lei “Minha Casa, Minha Vida” definem a função social da terra, sobretudo para a edificação de moradias em áreas urbanas. A legislação brasileira garante às famílias de baixa renda, que ocuparam áreas públicas ou privadas para a construção de suas casas por um prazo definido em lei, o direito de ter essa moradia legalizada. Assegurar o direito à posse e à propriedade plena, garantindo para as famílias segurança, paz e moradia digna, deve se tornar prioridade para Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Em tese, o **Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social** assegura o direito constitucional à moradia social individual ou coletiva, e o bem-estar, em particular, de populações socialmente vulneráveis. Na prática, são insuficientes os esforços que vêm sendo feitos para a regularização fundiária das terras já ocupadas, bem como o provimento de infraestrutura básica que elimine as principais necessidades habitacionais que impactam diretamente a vida dos habitantes.

O estado não tem política habitacional efetiva, limitando-se, quando muito, a práticas assistencialistas ineficazes e a investimentos equivocados, que não enfrentam o déficit habitacional. Essa é a principal causa da ocupação desordenada do solo, que relega a população a viver em condições precárias, muitas vezes de risco, do que se aproveita

o crime organizado. Cabe ao estado exercer papel central na questão habitacional, especialmente na região metropolitana, de forma coordenada com os demais municípios, inclusive quanto à urbanização, a regularização fundiária e a prestação de serviços públicos.

Partindo da premissa de que o direito à água potável e ao esgotamento sanitário é outro direito básico de caráter universal, de todas as necessidades habitacionais não atendidas plenamente, a que mais afeta a qualidade de vida é a falta de saneamento básico, tendo grande impacto também sobre a saúde da população e a proliferação de doenças. Falta de água potável, esgoto a céu aberto muito próximo a residências, lixo acumulado em ruelas ou encostas e canais assoreados são cenas comuns do cotidiano das grandes cidades e aglomerações urbanas do Estado do Rio de Janeiro, dentre as quais se destacam a Capital e a Região Metropolitana, onde as populações possuem o maior grau de vulnerabilidade socioambiental.

Estima-se que as pessoas afetadas por problemas ligados à contaminação da água – como diarreia ou vômito – permaneçam, em média, afastadas de suas atividades por 3,32 dias a cada ano, o que implica em custos para o Sistema Único de Saúde e prejuízos econômicos para o trabalhador/a. Do ponto de vista econômico, o saneamento – ou sua ausência – tem impacto direto sobre o valor dos imóveis, além de incidir negativamente sobre atividades como o turismo, a gastronomia, o comércio e o lazer em geral.

Até o ano de 2020, dos 21 municípios que compõem a Metrópole do Rio de Janeiro, sete não possuíam plano de saneamento e, dentre os que possuem, 14 são datados entre 2011 e 2015, demandando revisão em razão da não implementação. De acordo com o ranking do saneamento do Instituto Trata Brasil de 2020, apenas duas cidades da região metropolitana fluminense constam entre as 20 melhores colocadas em todo o Brasil, ao passo que quatro municípios figuram entre os 20 piores. O Instituto aponta ainda o baixíssimo valor de investimento no Estado do Rio de Janeiro, cerca de 63% abaixo do patamar nacional médio para a universalização do serviço.

Com a privatização da Cedae, cumpre ao estado fiscalizar o cumprimento das metas de ampliação e cobertura do saneamento básico e da redução de poluição das águas do estado, que trará imensos benefícios para a saúde e o bem-estar da população, e assegurar que tal fiscalização se dê por meio de agência qualificada, equipada e efetivamente independente.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

- **FORTALECER COM URGÊNCIA O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL**, com o objetivo de criar ações de intervenção jurídica, urbanística e social na área ocupada, provendo o ordenamento da ocupação e a emissão de termos administrativos preliminares ou definitivos aos moradores em áreas públicas, bem como a mediação jurídica para encontrar soluções que promovam a regularização fundiária de áreas particulares.
- Desenvolver, em parceria com os municípios, uma **POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL** nas áreas centrais das cidades, identificando imóveis e terrenos vazios para a provisão de moradia, estimulando a Função Social da Propriedade, o IPTU progressivo, bem como programas de autogestão habitacional. Também é central regulamentar e utilizar os fundos de habitação municipais e estadual, aplicando a outorga onerosa do direito de construir nas novas construções e articulando recursos federais para projetos de moradia popular. Definir normativas de locação social para empreendimentos imobiliários privados, destinando uma parcela das novas unidades para habitação popular.
- Implantar uma **POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS**, que promoverá a regularização fundiária, melhorias habitacionais e assistência técnica, visando conforto térmico, salubridade e segurança geotécnica em áreas de risco ambiental. Prover infraestrutura urbana e conectividade a esses territórios pela implementação e/ou ampliação de redes de saneamento básico, espaços de lazer, malhas viárias, iluminação pública e arborização e acesso à Internet.
- Implementar o **PROGRAMA VIVER FLUMINENSE**, que incluirá políticas como aluguel social e utilização de imóveis públicos vazios, que priorizem as mães solo, as mais afetadas pelo déficit habitacional, e demais grupos historicamente vulnerabilizados, como a população negra e de baixa renda e a população LGBTQUIA+ em situação de violência. Assegurar a preferência de titularidade dos benefícios das políticas de habitação a fim de garantir a segurança e a autonomia das mulheres em caso de violência doméstica.
- **AMPLIAR O ACESSO À ÁGUA TRATADA E A COBERTURA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO** considerando os investimentos de R\$ 32 bilhões que as concessionárias de saneamento básico devem realizar até 2035, conforme previsto no contrato de concessão. Estruturar o Instituto Rio Metrôpole para realizar o sistema de monitoramento e produzir o Relatório Anual de Avaliação das Metas de Saneamento. Priorizar a retomada de obras de saneamento paralisadas, com foco no aumento da capacidade das Estações de Tratamento de Esgoto.

- **APRIMORAR COM URGÊNCIA O PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**, visando uma melhor gestão desses resíduos, com a recuperação das áreas de lixões encerrados, maior fiscalização de aterros sanitários, expansão dos serviços de coleta seletiva, reciclagem e compostagem de lixo orgânico pelos municípios, assegurando a inclusão socioprodutiva de catadores. Implantar sistemas de logística reversa para grandes geradores de resíduos, instalar pontos de entrega voluntária em locais de fácil acesso e estimular políticas de lixo zero em diálogo com os planos municipais.





11 **TURISMO,** **ESPORTE** **E LAZER**

O Rio de Janeiro concentra cerca de 30% do fluxo de turistas estrangeiros e permanece como o principal destino internacional do Brasil, seguido por Florianópolis. As cidades de Búzios, Angra e Paraty figuram entre as 10 principais do país. Apesar de seu imenso potencial, o estado, no entanto, não alcança um posicionamento satisfatório nos rankings globais de atração de turistas estrangeiros. A violência, o baixo número de pessoas falando inglês, o alto custo das zonas turísticas mais importantes, dentre outros fatores, contribuem para o mau desempenho.

O turismo doméstico é predominante no Brasil e tende a ser o principal gerador de fluxos turísticos no país no período pós-pandemia, acompanhando a tendência de outras regiões do mundo. Portanto, o Estado do Rio de Janeiro deve dedicar maior atenção a ele, promovendo um conjunto de ações que articulem os setores público e privado para ofertar experiências singulares, de alta qualidade e seguras.

Da mesma forma que ocorre no restante do país, o Estado do Rio de Janeiro possui múltiplas potencialidades turísticas, sempre caminhando e alinhando os turismos ambiental e cultural-histórico. Apenas 9 dos municípios do Estado do Rio de Janeiro não estão classificados no Mapa do Turismo Brasileiro da CADASTUR. Porém, somente 6 de todos os municípios possuem classificação A (a maior das classificações) com relação a infraestrutura e atrações turísticas locais.

Os próximos anos exigirão do estado e do país estratégias inovadoras de incentivo ao turismo, que incorporem a sustentabilidade como elemento central, valorizando os ativos naturais e culturais únicos do país. Até por que parte relevante das viagens – e isto é particularmente importante no estado do Rio – se dirige a praias ou a áreas de contato com a natureza e, nessas áreas, a preservação é fundamental para sustentabilidade dessa atividade.

O turismo deve compor uma nova estratégia de desenvolvimento econômico do estado e contribuir para a redução das desigualdades regionais. São várias as regiões com potencial subaproveitado. A região centro-sul fluminense, por exemplo, pode se beneficiar de sua condição climática e potencializar o turismo histórico-cultural e ambiental. A Região da Costa Verde se caracteriza por possuir uma das principais faixas turísticas do litoral brasileiro, ainda preservando uma parte considerável da Mata Atlântica fluminense e brasileira. O turismo histórico-cultural é uma potência no município de Paraty, fato comprovado pelo imenso sucesso da Flip. A Região das Baixadas Litorâneas associa as belezas naturais de praias e trilhas orográficas à vida noturna nas áreas centrais das cidades. A Região do Médio Paraíba possui forte apelo natural em diversas frentes, como trilhas e cachoeiras, prática de esportes radicais e estudos biológicos (fauna e flora), além de vocação histórico-cultural. A Região Noroeste Fluminense, que possui menor densidade demográfica, tem potencial para impulsionar atividades turísticas ligadas ao ecoturismo e a atividades culturais locais, como atrações gastronômicas e festas locais que preservam contos e saberes da região. A Região Norte Fluminense oferece grande disponibilidade de atividades aquáticas, mas que são muito limitadas devido à poluição de atividades industriais e dos

núcleos urbanos ali instalados de forma tão rápida e recente. E, claro, a Região Metropolitana marcada pela vida urbana, florestas urbanas, diversificado patrimônio histórico-cultural e grande concentração de disponibilidade de leitos de hospedagem. É importante lembrar, ainda, que o Ecoturismo ou turismo rural, em diversas cidades fluminenses, pode ser articulado com a agricultura familiar, como forma de complementação de renda, por meio de venda de produtos e visitas.

O funcionamento do setor de turismo envolve uma cadeia produtiva bastante diversificada. São negócios ligados a atividades como hospedagem, agenciamento, entretenimento, alimentação, transporte, eventos, souvenirs, entre outras, que se articulam para que o turismo se constitua em um serviço atrativo. Essa oferta é marcada por pequenos negócios, sendo a maioria das empresas do setor no estado (como no Brasil) pequena, micro ou formada por microempreendedores individuais (MEI) e com baixo fôlego financeiro, o que demanda uma atenção especial por parte do Poder Público. O turismo pode ser articulado ainda a atividades recreativas e culturais, por isso é importante ter uma abordagem que associe esses dois campos. A articulação cultura-turismo-entretenimento tende a potencializar a atratividade das diferentes atividades, até por que o turismo cultural/histórico é o segundo tipo de turismo praticado no Estado do Rio de Janeiro.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS:

- INCREMENTAR E DAR CONTINUIDADE ÀS OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

no Estado do Rio de Janeiro, oferecendo suporte aos municípios no desenvolvimento de projetos e estimulando a integração entre iniciativas nas áreas de cultura, economia criativa e turismo.

- ATUALIZAR O PLANO DIRETOR DE TURISMO DO Estado DO RIO DE JANEIRO,

retomando o papel articulador e coordenador do Governo do Estado e investindo em ações de promoção do estado no restante do país e no exterior. É preciso investir no reposicionamento da imagem do Rio de Janeiro no cenário internacional, valorizando as diferentes regiões e possibilidades de destino. Além disso, o Governo do Estado pode e deve também atuar em articulação com as companhias aéreas e Governo Federal pela retomada dos voos com destino ao Rio, reestabelecendo a condição de hub regional. Outra iniciativa fundamental é a expansão do domínio, mesmo que superficial, do inglês pelo menos entre o pessoal que trabalha próximo ao turismo. O governo deve promover cursos para grupos prioritários das cidades turísticas. Também é necessário investir em capacitação profissional dos trabalhadores do setor.

- **CRIAR NO ÂMBITO DO PROGRAMA ESTADUAL DE MICROCRÉDITO, UMA LINHA ESPECÍFICA PARA O FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA**, estimulando o desenvolvimento de projetos que integrem atividades culturais e turismo.

- ATUALIZAR, AMPLIAR E QUALIFICAR O PLANO INTEGRADO DE SEGURANÇA

TURÍSTICA: sendo o turismo uma atividade econômica de tamanha relevância para o estado é fundamental que o governo implemente uma estratégia abrangente e inovadora de segurança turística que envolva: i) o aumento do efetivo do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur) e da presença ostensiva em áreas críticas; ii) a ampliação da colaboração e integração com as guardas municipais; iii) a parceria com Consulados instalados no Rio para a realização de cursos de idiomas, atividades de acolhimento e orientação a turistas; iv) a formação permanente de policiais militares, civis, bombeiros e guardas municipais, inclusive, em parceria com o setor hoteleiro, de bares e restaurantes, Associação dos Embaixadores de Turismo etc.; v) fortalecimento do Conselho Estadual de Segurança Turística.



11.1. ESPORTE E LAZER

O estado do Rio de Janeiro sediou os principais eventos esportivos mundiais nas duas primeiras décadas deste século XXI, consolidando uma importante liderança no cenário esportivo nacional e internacional. Eventos como os Jogos sul-Americanos de 2002, os Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007, os Jogos Mundiais Militares Rio 2011, A Copa das Confederações FIFA 2013, A Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, além de inúmeros eventos nacionais e internacionais relevantes, deixaram para o Rio de Janeiro um legado de infraestrutura esportiva, aeroportuária, hotelaria e, principalmente, tecnologia para a realização de megaeventos internacionais. É preciso recuperar esse protagonismo, abandonado pelo descaso dos gestores públicos após 2016.

O estado conta com uma vasta rede de equipamentos esportivos de classe mundial, condições naturais ideais para a prática de esportes radicais, de aventura e de praia, além de importante rede hoteleira, modernos aeroportos e uma rede de empresas e trabalhadores altamente qualificados, tudo o que é necessário para que o Rio de Janeiro volte a ocupar lugar de destaque no cenário esportivo mundial. A vantagem competitiva do estado é enorme. Poucos lugares no mundo podem se beneficiar de uma estrutura tão completa para a realização de eventos esportivos como os disponíveis no Rio de Janeiro. Uma utilização plena desse potencial tem impacto em toda a economia do estado, ocupando a rede hoteleira, movimentando o setor de alimentação, o transporte aéreo, e tantos outros que se beneficiariam da presença dos atletas, técnicos, oficiais e turistas que buscam esse tipo de entretenimento. Em um estado com tão importante vocação turística os eventos esportivos são essenciais para a promoção do destino Rio de Janeiro no mercado internacional.

No entanto, apesar de todo este potencial, a gestão do esporte fluminense está sendo relegada a um segundo plano pelo governo estadual. Secretários se sucedem em períodos curtos de tempo, sem que nenhuma política pública estruturante seja desenvolvida. Fruto desse desprestígio, o estado não se destaca entre aqueles que lideram o segmento no país, com programas desatualizados, desajustados e financiamento precário.

Nossa intenção é superar este cenário com a adoção das melhores práticas conhecidas para a gestão da política pública esportiva regional. A participação dos principais atores será incentivada com a implantação de um Conselho Estadual do Esporte dinâmico e representativo. A Lei de incentivo será revista e modernizada, facilitando a sua utilização e democratizando o acesso dos interessados. O Bolsa Atleta também será inteiramente revisto e, principalmente, terá seu financiamento ampliado para se constituir em efetivo apoio ao desenvolvimento dos atletas fluminenses.

Assim, propomos três eixos principais para a retomada desse protagonismo do estado do Rio de Janeiro nos cenários esportivos nacional e internacional:

- 1.1. Massiva utilização do esporte como instrumento de desenvolvimento social e construção de uma sociedade pacífica e cooperativa;
- 1.2. Descentralização dos eventos e equipamentos esportivos por todo o estado do Rio de Janeiro;

- 1.3. Forte captação de eventos esportivos nacionais e internacionais de grande porte, aproveitando a moderna infraestrutura esportiva do legado dos grandes eventos.

Para tanto propomos a implantação dos seguintes programas:

- **TERRITÓRIOS ESPORTIVOS.** Implementar a universalização da prática esportiva em áreas priorizadas pelo Governo do estado em função de critérios escolhidos como IDH, violência, IDEB etc. As ações do Programa incluirão: a) a universalização da prática esportiva no contraturno escolar; b) a produção de materiais esportivos e uniformes no próprio território; c) a contratação de monitores da comunidade que serão capacitados para atuar no Programa; d) a reforma/adaptação/modernização dos equipamentos esportivos das escolas; e) a construção de novos equipamentos que se façam necessários para garantir a universalização do acesso; e) o ensino dos valores olímpicos, a difusão da cultura da paz e a prática de jogos cooperativos; f) a criação de bolsa-monitor para os jovens que terminarem os estudos, associada à capacitação em esportes e ao trabalho dentro dos Territórios Esportivos Integrados; g) a abertura dos espaços esportivos para uso de toda a comunidade aos finais de semana, com oferta de atividades de esporte e lazer orientadas por profissionais e monitores comunitários; h) a parceria com as entidades esportivas na oferta de cursos profissionalizantes e de especialização na área; i) fornecimento de complemento alimentar aos beneficiários.
- **RIO DE JANEIRO NO CIRCUITO ESPORTIVO MUNDIAL.** Construir uma política de captação de eventos nacionais e internacionais, em parceria com os municípios, com as empresas e entidades do turismo e com as entidades esportivas. Desenvolver um plano de marketing e uma marca para promover o estado do Rio de Janeiro como sede de eventos esportivos. Aproveitar o enorme potencial do estado para a prática de esportes como vela, surf, escalada, mountain bike, asa delta, entre outros permite uma distribuição dos eventos por todo o estado, de acordo com o potencial de cada região ou cidade.



REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. Batalha na Zona Oeste do RJ: preservar ou construir? - Projeto Colabora. Disponível em: <<https://projetcocolabora.com.br/ods11/batalha-na-zona-oeste-preservar-ou-construir/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BORBA, F.; ROSS, S. D.; DANTAS, A. C. Mobilidade urbana no Rio de Janeiro: diagnóstico a partir da percepção do cidadão. [s.l.] EDITORA CRV, 2022.

CAMPOS, A. C. Morador da periferia do Rio gasta um terço da renda em transporte. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/morador-da-periferia-do-rio-gasta-um-terco-da-renda-em-transporte>>. Acesso em: 16 jul. 2022a.

CAMPOS, A. C. Morador da periferia do Rio gasta um terço da renda em transporte. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/morador-da-periferia-do-rio-gasta-um-terco-da-renda-em-transporte>>. Acesso em: 16 jul. 2022b.

CARDEMAN, R.; SALGADO, M. S. Sustainability in Urban Planning: Case Study on Rio de Janeiro City. Conference: SASBE 2012 - Smart and Sustainable Built Environment. Anais...São Paulo: 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323074417_Sustainability_in_Urban_Planning_Case_Study_on_Rio_de_Janeiro_City>. Acesso em: 16 jul. 2022

CASA FLUMINENSE. Mapa da Desigualdade 2020: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/#21>>.

CASA FLUMINENSE. Painel de Instrumentos de Gestão Municipal. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/projetos/painel-de-instrumentos-de-gestao-municipal/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ESTADÃO. Relatório da Moovit: RJ tem o maior tempo médio de viagem. Disponível em: <<https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/relatorio-da-moovit-mostra-rio-de-janeiro-tem-o-terceiro-maior-tempo-medio-de-viagem-no-pais-67-min/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. "Um Rio de Ideias: desafios e possibilidades para o nosso Estado". Proposta do Partido dos Trabalhadores-RJ para o programa de governo de Marcelo Freixo. Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo. Coordenação: Jorge Bittar. 2022.

G1. Rio dá primeiros passos para receber plataforma de negociação de créditos de carbono e ativos sustentáveis. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/03/08/rio-negocia-abrir-filial-da-nasdaq-como-bolsa-de-valores-para-creditos-de-carbono-e-ativos-sustentaveis.ghtml>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS (GENI/UFF) et al. Apresentação ao mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro. [s.l.: s.n.]. . Acesso em: 31 jul. 2022.

GUERREIRO DE SOUZA, T.; SILVA, I.; DA FONSECA, I. Saneamento básico adequado: uma realidade distante nos núcleos informais da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Defensoria pública do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/7_Agenda_2030_-_Saneamento_REVISADO_ANA_final.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022

HIRATA, D. et al. A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Rio de Janeiro: [s.n.]. . Acesso em: 31 jul. 2022a.

HIRATA, D. et al. Operações policiais e violência letal no Rio de Janeiro: Os impactos da ADPF 635 na defesa da vida. Rio de Janeiro: [s.n.]. . Acesso em: 31 jul. 2022b.

HIRATA, D. et al. Chacinas policiais. Rio de Janeiro: [s.n.]. . Acesso em: 31 jul. 2022.

INSTITUTO IGARAPÉ. O Rio de Janeiro pode fazer mais para se adaptar às mudanças climáticas. Disponível em: <<https://projecolabora.com.br/ods11/o-rio-de-janeiro-pode-fazer-mais-para-mitigar-e-se-adaptar-as-mudancas-climaticas/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. IDEB de ensino médio. Brasil: redes estaduais. [s.l.: s.n.]. . Acesso em: 31 jul. 2022.

ITS; IPEC. Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros. [s.l.: s.n.].

KOMAROVA, A.; LEPINE, A. The Influence of Brutalist Architecture and the Use of Concrete in Public Space in Brazil: Rio de Janeiro as a playground. Disponível em: <<https://citiesfoundation.org/2015/the-influence-of-brutalist-architecture-and-the-use-of-concrete-in-public-space-in-brazil-case-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

LÜDER, A.; GLOBONEWS. Quase 3,5 milhões de alunos evadiram de universidades privadas no Brasil em 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/02/quase-35-milhoes-de-alunos-evadiram-de-universidades-privadas-no-brasil-em-2021.ghtml>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

LUZ, S. Rede pública de ensino do RJ tenta reverter evasão escolar. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2021-10/rede-publica-de-ensino-do-rj-tenta-reverter-evasao-escolar>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MARCELLINO, I. et al. O potencial representado pelo Sistema Produtivo de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro e implicações para o desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: [s.n.]. . Acesso em: 31 jul. 2022.

MODELAR A METRÓPOLE. Estudo mostra que Região Metropolitana do Rio é a que mais perde com deslocamentos casa-trabalho. Disponível em: <<https://www.modelarametropole.com.br/estudo-mostra-que-regiao-metropolitana-do-rio-e-que-mais-perde-com-deslocamentos-casa-trabalho/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MONTEIRO, J. C. M.; GUERRA FERNANDES, J.; MOREIRA SILVA, L. A. Cadernos IERB. Projeto Farol. Luz sobre as promotorias. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB/MPRJ), Centro de Pesquisas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ), 2020.

MOOVIT. Relatório Global Moovit sobre o Transporte Público Moovit. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://moovitapp.com/insights/pt-br/Moovit_Insights_%C3%8Dndice_sobre_o_Transporte_P%C3%BAblico-countries>. Acesso em: 16 jul. 2022.

NASA. Climate Proofing Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://earthobservatory.nasa.gov/images/90687/climate-proofing-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Alunos de escola pública estudaram quase 50% menos durante pandemia. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/alunos-de-escola-publica-estudaram-quase-50-menos-durante-pandemia/>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

PERES, L. DE F. et al. The urban heat island in Rio de Janeiro, Brazil, in the last 30 years using remote sensing data. International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation, v. 64, p. 104–116, 1 fev. 2018.

PREFEITURA, R.; COPPE; CLIMA, C. Climate Change Adaptation Strategy for the City of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.].

QEDU. Dados Educacionais de Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://novo.qedu.org.br/uf/33-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

RABELLO, S. Rio de Janeiro: vulnerabilidades aos Impactos das Mudanças Climáticas. Disponível em: <<https://www.soniarabello.com.br/rio-de-janeiro-vulnerabilidades-aos-impactos-das-mudancas-climaticas/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

REYNOLDS, L. Rio de Janeiro's Urban Heat Islands: A Primer. Disponível em: <<https://rioonwatch.org/?p=24507>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

"Rio de Janeiro Seguro - Agenda de Segurança Pública", elaborado por Joana C.M. Monteiro (coordenação), Alberto Pinheiro Neto, Ana Faulhaber, Eduardo Fagundes de Carvalho, Florência Robalinho, Julia Guerra Fernandes, Leandro Piquet Carneiro, Paulo Roberto Mello Cunha, Thais Custódio.

SATRIANO, N. Rio será a cidade mais afetada por mudanças climáticas na América do Sul. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-10-14/rio-sera-a-cidade-mais-afetada-por-mudancas-climaticas-na-america-do-sul.html>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SECRETARIA DE Estado DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. Saúde RJ - Rede de atendimento. Disponível em: <<https://www.saude.rj.gov.br/rede-de-atendimento?Municipio=&Bairro=&TipoDeAtendimento=UPA+24+Horas>>. Acesso em: 31 jul. 2022a.

SECRETARIA DE Estado DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. Serviços de Informação em Saúde. Disponível em: <<https://www.saude.rj.gov.br/>>. Acesso em: 31 jul. 2022b.

SECRETARIA DE Estado DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. Boletim Epidemiológico Tuberculose No 01/2020. Cenário epidemiológico: tuberculose no Estado RJ. Análise do ano de diagnóstico - 2018. [s.l: s.n.]. . Acesso em: 31 jul. 2022.

SEEG. Plataforma SEEG: Emissões Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://plataforma.seeg.eco.br/territories/rio-de-janeiro/card?year=2020&cities=false>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

TRÓPIA, P. V. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Uberlândia: [s.n.].

UFRJ. Mudanças climáticas e desenvolvimento econômico: percepções da população da região metropolitana do RJ. Rio de Janeiro: [s.n.].

VALPORTO, O. Retrato de um Rio muito desigual onde raça e gênero ampliam disparidades. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods1/mapa-da-desigualdade/>>. Acesso em: 16 jul. 2022a.

VALPORTO, O. Um viaduto para os micos-leões dourados. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods15/um-viaduto-para-os-micos-leoes-dourados/>>. Acesso em: 16 jul. 2022b.

WORLD POPULATION REVIEW. Rio De Janeiro Population 2022 (Demographics, Maps, Graphs). Disponível em: <<https://worldpopulationreview.com/world-cities/rio-de-janeiro-population>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

